



ORDEM

E-book

OAB 40

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, futuro Advogado(a), tudo certo?!

Em 24/03/2024, foi aplicada a prova da primeira fase do **XL Exame da Ordem dos Advogados do Brasil**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial e analisou o gabarito oficial da FGV, os quais serão apresentados juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 1 questão passível de recurso e/ou anulação, pois o conteúdo exigido não possui previsão de cobrança no Exame de Ordem. No tipo de prova comentado, trata-se da questão 46.

De modo complementar, elaboramos também um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, observarem os comentários, e comentarem as questões da prova:

<https://oab.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/d938e94e-8114-43e7-b71d-b456041843eb>

Por fim, vocês poderão acompanhar os eventos e cursos para a fase discursiva, bem como outras novidades envolvendo o Exame de Ordem no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia OAB - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA

XL EXAME DA OAB

QUESTÃO 01. Pedro, contador com vasta experiência e sólida carreira, decide fazer uma segunda graduação, tornando-se bacharel em Direito. Depois da aprovação no Exame de Ordem Unificado e da inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Pedro pretende continuar prestando serviços contábeis, sem prejuízo do exercício concomitante da nova atividade.

a) Pedro não poderá exercer de modo concomitante as atividades de contador e advogado, pois, de acordo com o Estatuto da Advocacia da OAB, a prestação de serviços contábeis é incompatível com o exercício simultâneo da advocacia.

b) Não há óbice ético para o duplo exercícios das atividades de contador e advogado, podendo Pedro se valer da divulgação conjunta dos serviços oferecidos, desde que não seja por meio de inscrições em muros, paredes, veículos, elevadores ou em qualquer espaço público.

c) Embora não haja incompatibilidade para o exercício concomitante das duas atividades, não será permitido a Pedro divulgar sua nova profissão de modo conjunto com a de contador.

d) Pedro poderá fazer uso de mala direta, distribuição de panfletos ou formas assemelhadas de publicidade, visando a captação de clientela para a sua nova atividade, mas não poderá mencionar, nessa publicidade, os serviços de contabilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema atividades incompatíveis com a advocacia.

A alternativa A está incorreta. Não existe previsão expressa no Estatuto da OAB que torne a contabilidade atividade incompatível com a advocacia. A incompatibilidade está relacionada a funções ou atividades que, por sua natureza, comprometem a independência necessária ao exercício da advocacia ou implicam em conflito de interesse.

A alternativa B está incorreta. O Código de Ética e Disciplina da OAB proíbe a divulgação de serviços que possam parecer como captação de clientela ou que misturem a advocacia com outras atividades, como a contabilidade. A divulgação conjunta pode confundir o público e comprometer a imagem da advocacia como uma profissão independente.

A alternativa C está correta. O artigo 28 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) prevê as atividades que são incompatíveis com o exercício da advocacia, primordialmente aquelas que implicam em conflito de interesse ou que comprometem a independência necessária ao exercício da profissão de advogado. O exercício da contabilidade, por si só, não está listado como uma atividade incompatível com a advocacia no Estatuto da OAB. No entanto, a normativa ética da advocacia proíbe a divulgação conjunta de atividades distintas, como a contabilidade e a advocacia, visando preservar a distinção e a independência entre as profissões. Portanto, enquanto Pedro pode exercer ambas as profissões, a divulgação dos serviços deve ser feita de forma separada, para evitar confusão ou mistura das atividades profissionais.

A alternativa D está incorreta. O Código de Ética proíbe práticas que caracterizem mercantilização da profissão ou captação indevida de clientela. A publicidade na advocacia deve ser moderada e informativa, não sendo permitido o uso de mala direta e panfletos com a finalidade de captação direta de clientes, independentemente de mencionar ou não serviços contábeis.

QUESTÃO 02. Formalizou-se, no Tribunal Regional Eleitoral do Estado Alfa, a vacância de um dos cargos de juiz eleitoral, reservado constitucionalmente à classe de advogados. De igual modo, no Tribunal Regional Federal da *Enésima* Região, sediado na capital do mesmo Estado Alfa, com jurisdição nos Estados Alfa, Beta e Gama, foi também formalizada a vacância de um cargo de juiz federal do Tribunal Regional Federal, destinado à advocacia nos termos da Constituição Federal (quinto constitucional);

Nesse hipotético cenário, que demandará a produção de duas listas de membros da advocacia para o futuro preenchimento dos cargos, assinale a alternativa que descreve corretamente as competências dos órgãos da OAB.

a) A lista para o preenchimento do cargo no TRE do Estado Alfa ficará sob a incumbência do Conselho Seccional da OAB do respectivo Estado, competindo ao Conselho Federal da OAB elaborar a lista para o preenchimento do cargo no TRF da *Enésima* Região.

b) A lista para o preenchimento do cargo no TRE do Estado Alfa ficará sob a incumbência do Conselho Seccional da OAB do respectivo Estado, competindo aos Conselhos Seccionais da OAB dos Estados Alfa, Beta e Gama a elaboração conjunta da lista para o preenchimento do cargo no TRF da *Enésima* Região.

c) Uma vez que tanto a Justiça Eleitoral quanto a Justiça Federal pertencem ao Poder Judiciário da União, competirá ao Conselho Federal da OAB a elaboração das duas listas.

d) Uma vez que tanto o TRE do Estado Alfa quanto a sede do TRF da *Enésima* Região estão situados no Estado Alfa, competirá ao Conselho Seccional da OAB desse Estado a elaboração das duas listas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema participação de advogados nos tribunais.

A alternativa A está correta. A estrutura organizacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é dividida em Conselho Federal, Conselhos Seccionais (em cada Estado e no Distrito Federal), e Subseções. Cada um desses órgãos tem competências específicas. Para a indicação de advogados para compor tribunais, a competência é distribuída conforme a abrangência do tribunal em questão. No caso do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de um estado específico, a indicação fica a cargo do Conselho Seccional da OAB desse estado, pois o TRE tem jurisdição limitada ao território estadual. Por outro lado, o Tribunal Regional Federal (TRF) tem jurisdição que abrange mais de um estado, o que coloca a responsabilidade da formação da lista sêxtupla para indicação de membros advindos da advocacia sob a égide do Conselho Federal da OAB. Essa distribuição de competências assegura que a representação nos tribunais respeite a estrutura federativa tanto da OAB quanto do Poder Judiciário.

Vejamos o disposto nos artigos 54 e 58 do Estatuto da OAB:

Art. 54. Compete ao Conselho Federal: XIII - elaborar as listas constitucionalmente previstas, para o preenchimento dos cargos nos tribunais judiciários de âmbito nacional ou interestadual, com advogados que estejam em pleno exercício da profissão, vedada a inclusão de nome de membro do próprio Conselho ou de outro órgão da OAB;

"Art. 58. Compete privativamente ao Conselho Seccional: XIV - eleger as listas, constitucionalmente previstas, para preenchimento dos cargos nos tribunais judiciários, no âmbito de sua competência e na forma do Provimento do Conselho Federal, vedada a inclusão de membros do próprio Conselho e de qualquer órgão da OAB;"

A alternativa B está incorreta. Não há previsão para a elaboração conjunta de listas pelos Conselhos Seccionais da OAB para o preenchimento de vagas em TRFs. A competência para indicação de membros para os TRFs, por abranger mais de um estado, é do Conselho Federal da OAB, e não dos Conselhos Seccionais atuando em conjunto.

A alternativa C está incorreta. Apesar de ambos os tribunais (TRE e TRF) serem órgãos do Poder Judiciário da União, a OAB atribui a competência de formação de listas para os TREs aos Conselhos Seccionais do estado correspondente, devido à sua jurisdição estadual. Somente para os TRFs, que têm jurisdição sobre mais de um estado, é que o Conselho Federal da OAB assume a responsabilidade de elaborar a lista.

A alternativa D está incorreta. Embora o TRE e a sede do TRF estejam localizados no mesmo estado, a jurisdição do TRF abrange mais de um estado, o que demanda a atuação do Conselho Federal da OAB para a elaboração da lista de indicação para este tribunal. A competência do Conselho Seccional restringe-se aos órgãos de jurisdição estadual ou que tenham atuação limitada ao território do estado, como é o caso do TRE.

QUESTÃO 03. Valmir, bacharel em Direito, aprovado no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, ocupa o cargo público de agente de Polícia Civil do Estado Alfa. Movido por sentimento altruísta, Valmir requer sua inscrição na OAB, pois pretende, nos momentos de folga da atividade policial, exercer a advocacia de forma gratuita, eventual e voluntária, em favor de instituições sociais sem fins econômicos que não disponham de recursos para a contratação de profissional.

À luz dessas informações, e considerada a legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

a) Valmir poderá exercer regularmente a advocacia, inclusive *pro bono*.

b) Valmir não poderá exercer a advocacia remunerada, pois ocupa cargo incompatível, mas poderá exercer a advocacia *pro bono*.

c) Valmir não poderá exercer a advocacia, mesmo *pro bono*, uma vez que o cargo público que ocupa atrai o regime da incompatibilidade.

d) A condição de servidor público atrai o regime do impedimento, razão pela qual Valmir não poderá exercer a advocacia contra a Fazenda Pública que o remunera. Observado esse impedimento, não haverá óbice para o exercício da advocacia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema incompatibilidade na advocacia.

A alternativa A está incorreta. Essa afirmação é falsa porque, conforme o artigo 28 do Estatuto da OAB, certos cargos, como o de agente de Polícia Civil, são incompatíveis com o exercício da advocacia em qualquer modalidade, incluindo a advocacia *pro bono*.

A alternativa B está incorreta. A incompatibilidade para o exercício da advocacia não se limita à advocacia remunerada. A restrição se aplica igualmente ao exercício da advocacia *pro bono*, pois o Estatuto da OAB não diferencia os tipos de advocacia para fins de incompatibilidade.

A alternativa C está correta. O Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994) estabelece, em seu artigo 28, que o exercício da advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com determinadas funções ou cargos, incluindo os membros da carreira policial. A razão para tal incompatibilidade é evitar conflitos de interesse e preservar a independência da advocacia. Portanto, ocupando Valmir o cargo de agente da Polícia Civil, ele se encontra em uma situação de incompatibilidade para o exercício da advocacia, inclusive de forma gratuita, eventual e voluntária (*pro bono*), pois a legislação não faz distinção quanto à natureza da atuação advocatícia.

A alternativa D está incorreta. A situação de Valmir, como agente de Polícia Civil, não é de mero impedimento, que restringiria sua atuação contra a Fazenda Pública que o remunera. Em vez disso, ela configura uma incompatibilidade total com o exercício da advocacia, conforme determina o artigo 28 do Estatuto da OAB, proibindo-o de exercer a advocacia em qualquer contexto.

QUESTÃO 04. Sebastião, advogado, celebrou contrato de mandato com o cliente Amir, para representá-lo extrajudicialmente, tendo realizado diligências em prol da resolução do imbróglia. Desde a celebração do mandato, passaram-se mais de 20 (vinte) anos, mas as atividades para as quais Amir contratou Sebastião, por sua própria natureza, se protraíram no tempo, sendo ainda necessária a Amir.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O mandato extinguiu-se pelo decurso do tempo, sendo vedada a previsão de prazo diverso no respectivo documento.
- b) O mandato extinguiu-se pelo decurso do tempo, sendo vedada a previsão de prazo diverso no respectivo instrumento.
- c) O mandato não se extinguiu pelo decurso do tempo, salvo se foi consignado prazo no respectivo instrumento.
- d) O mandato não se extinguiu pelo decurso do tempo, sendo vedada a estipulação de prazo no respectivo instrumento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema mandato entre cliente e advogado.

A alternativa A está incorreta. Esta afirmação é incorreta porque a lei não estabelece uma regra geral de extinção do mandato pelo simples decurso do tempo, nem proíbe a estipulação de prazos para a duração do mandato no respectivo instrumento.

Vejamos o Código de Ética da OAB: "Art. 16. O mandato judicial ou extrajudicial não se extingue pelo decurso de tempo, desde que permaneça a confiança recíproca entre o outorgante e o seu patrono no interesse da causa."

A alternativa B está incorreta. O mandato, especialmente na advocacia, não se extingue automaticamente pelo decurso do tempo, e a lei permite que as partes estipulem prazos no contrato de mandato.

A alternativa C está correta. Conforme o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Código Civil brasileiro, o mandato conferido a um advogado para representação extrajudicial de um cliente não possui prazo de validade fixo ou determinado pelo mero decurso do tempo. A relação de mandato entre advogado e cliente permanece válida e eficaz enquanto cumprir as finalidades para as quais foi estabelecida, a menos que um prazo específico tenha sido expressamente acordado no instrumento de mandato. Portanto, na ausência de um prazo estipulado no contrato de mandato, este não se extingue automaticamente pelo decurso do tempo, permanecendo vigente até que as partes decidam terminá-lo ou até a conclusão das atividades contratadas.

Vejamos o Código Civil: "Art. 682. Cessa o mandato: I - pela revogação ou pela renúncia; II - pela morte ou interdição de uma das partes; III - pela mudança de estado que inabilite o mandante a conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer; IV - pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio."

Assim, entende-se que não havendo prazo, o mandato é dado por prazo indeterminado.

A alternativa D está incorreta. Esta opção é incorreta porque, apesar de acertar ao dizer que o mandato não se extinguiu pelo decurso do tempo, erra ao afirmar que é vedada a estipulação de prazo no contrato de mandato. O Código Civil e o Estatuto da OAB permitem que as partes acordem sobre a duração do mandato, incluindo a possibilidade de definir um prazo para sua vigência.

QUESTÃO 05. Antônio Oliveira, advogado, cometeu infração disciplinar no exercício de suas funções, submetendo-se a processo disciplinar perante o Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional competente.

Antônio contratou o advogado Pedro para defendê-lo no âmbito do processo disciplinar. No que diz respeito à instauração, instrução e tramitação do processo disciplinar instituído em face de Antônio, assinale a afirmativa correta que deverá ser observada por Pedro, no exercício da defesa técnica.

- a) O processo disciplinar poderá ser instruído por subseção ou por relatores do próprio Conselho Seccional.
- b) Antônio não poderá ser suspenso preventivamente sem oitiva prévia, mesmo que não atenda às notificações de comparecimento.
- c) O processo disciplinar não poderá ser instaurado de ofício, sob pena de violação do princípio acusatório.
- d) Oferecida a defesa prévia, o relator do processo disciplinar poderá decidir pelo arquivamento liminar da representação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema processo disciplinar.

A alternativa A está correta. De acordo com o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), artigo 72, e o Regulamento Geral da OAB, artigo 50, I, o processo disciplinar contra um advogado por infrações ético-disciplinares pode ser instaurado e instruído tanto pelas subseções da OAB quanto pelos relatores designados no âmbito do Conselho Seccional competente. Isso permite uma maior flexibilidade e proximidade na condução dos processos disciplinares, garantindo que eles sejam tratados de maneira adequada e eficiente, respeitando os princípios do contraditório e da ampla defesa.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o Estatuto da OAB, artigo 77, em casos excepcionais e mediante decisão motivada, é possível a suspensão preventiva de um advogado antes da conclusão do processo disciplinar, especialmente se sua conduta estiver causando prejuízo aos clientes ou à dignidade da profissão. A suspensão preventiva não depende necessariamente de oitiva prévia do advogado, especialmente se houver risco iminente.

A alternativa C está incorreta. O processo disciplinar na OAB pode, sim, ser instaurado de ofício pela própria OAB, além de poder ser iniciado por denúncia de terceiros. A instauração de ofício não viola o princípio acusatório, pois este se aplica principalmente ao processo penal e não impede que órgãos administrativos iniciem procedimentos disciplinares com base em suas observações ou em denúncias recebidas.

A alternativa D está incorreta. De fato, após a apresentação da defesa prévia pelo advogado acusado, o relator do processo disciplinar tem a prerrogativa de recomendar o arquivamento da representação se considerar que não há indícios suficientes de infração disciplinar. No entanto, esta decisão não é tomada de forma liminar pelo relator de forma isolada, mas sim após análise e deliberação do órgão competente dentro da OAB, geralmente a câmara ou o tribunal de ética e disciplina.

QUESTÃO 06. Determinada sociedade de advogados deseja se associar a advogados que não a integram para prestação de serviços e participação nos resultados.

Segundo a legislação aplicável à formalização desse vínculo jurídico, assinale a opção que indica, corretamente, a conclusão dos administradores da sociedade de advogados.

- a) O contrato de associação não pode ser pactuado em caráter geral, devendo restringir-se a causas ou trabalhos específicos, sob pena de se configurarem os requisitos legais de vínculo empregatício.
- b) O contrato de associação deverá ser registrado no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede a sociedade de advogados.
- c) O contrato de associação poderá atribuir a totalidade dos riscos à sociedade de advogados, mas não exclusivamente a um advogado sócio ou associado.

d) O advogado não pode, simultaneamente, celebrar contrato de associação com mais de uma sociedade de advogados com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema advogado associado.

A alternativa A está incorreta. Esta afirmação é incorreta porque, conforme o artigo 17-B do Estatuto da OAB, o contrato de associação pode, de fato, ser de caráter geral ou restringir-se a determinadas causas ou trabalhos. Não há uma proibição para que o contrato seja geral, nem a lei estabelece que tal pactuação caracterizaria um vínculo empregatício.

A alternativa B está correta. Esta afirmação está correta e em conformidade com o artigo 17-B do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conforme modificado pela Lei nº 14.365, de 2022. O Estatuto especifica que o contrato de associação entre advogados e sociedades de advogados deve ser registrado no Conselho Seccional da OAB na base territorial onde a sociedade de advogados tem sede. Esse registro é fundamental para a formalização do vínculo jurídico de associação e garante a transparência e a segurança jurídica das relações profissionais na advocacia.

A alternativa C está incorreta. Esta opção é incorreta porque o parágrafo único do artigo 17-B veda expressamente a atribuição da totalidade dos riscos ou das receitas exclusivamente a uma das partes do contrato de associação, seja a sociedade de advogados, seja o advogado sócio ou associado. Isso visa a uma partilha equitativa dos riscos e receitas decorrentes da atividade advocatícia.

A alternativa D está incorreta. Esta afirmação é incorreta porque o Estatuto da OAB e as normas regulamentadoras não proíbem expressamente que um advogado celebre contratos de associação com mais de uma sociedade de advogados, mesmo na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional. A regulamentação foca mais na transparência e nas condições da associação do que na limitação do número de associações que um advogado pode estabelecer.

QUESTÃO 07. Monique, advogada regularmente inscrita nos quadros da OAB, é investigada em inquérito policial por supostos crimes praticados por motivo ligado ao exercício da advocacia, tendo sido presa em flagrante, por crime da mesma espécie, em seu escritório, enquanto atendia a um de seus clientes. Considerando as disposições do Estatuto da Advocacia, é correto afirmar que:

a) Monique tem direito ao acompanhamento de representante da OAB por ocasião da lavratura do auto de prisão em flagrante, visto que se trata de hipótese de crime por motivo ligado ao exercício da advocacia, sob pena de nulidade.

b) Não há qualquer direito ou prerrogativa conferida pela legislação no caso em tela, devendo Monique receber tratamento idêntico ao padrão a todos indivíduos presos, de respeito ao princípio da igualdade.

c) O auto de prisão em flagrante será devida ainda que não se trate de motivo ligado ao exercício da advocacia, visto que se cuida de direito conferido ao advogado em todo e qualquer crime por ele cometido.

d) O representante da OAB para acompanhar a lavratura do auto de prisão em flagrante, pode ser substituído por representante da Defensoria Pública, visto que ambos podem figurar como defensores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema prisão em flagrante de advogados.

A alternativa A está correta. De acordo com o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Lei nº 8.906/1994, especificamente em seus artigos que tratam das prerrogativas profissionais, artigo 7º, IV a VI, o advogado que seja preso por motivo ligado ao exercício da advocacia tem o direito de ser

acompanhado por representante da OAB no momento da lavratura do auto de prisão em flagrante. Esta disposição assegura que os direitos do advogado sejam respeitados durante o processo e visa proteger a função social da advocacia. A presença do representante da OAB serve para garantir que a prisão e os procedimentos subsequentes ocorram de forma legal e justa, considerando as particularidades do exercício profissional da advocacia.

A alternativa B está incorreta. Esta afirmação é incorreta porque a legislação específica, no caso o Estatuto da OAB, artigo 7º, confere sim direitos e prerrogativas aos advogados, inclusive relacionadas à forma como devem ser conduzidos os procedimentos em casos de prisão por atos relacionados ao exercício profissional.

A alternativa C está incorreta. Esta opção é incorreta porque o Estatuto da OAB, artigo 7º, especifica que as prerrogativas relativas à prisão de advogados se aplicam principalmente quando os crimes têm relação com o exercício da advocacia. Embora os advogados tenham certas proteções legais, não significa que todas as prerrogativas se apliquem indistintamente a qualquer situação de crime.

A alternativa D está incorreta. Esta afirmativa é incorreta porque, no contexto das prerrogativas do advogado, a legislação prevê especificamente a presença de um representante da OAB, não da Defensoria Pública. A função da Defensoria Pública é distinta e, embora ambos se dediquem à defesa dos direitos dos cidadãos, as prerrogativas e obrigações de seus membros são regidas por normas diferentes. A presença de um representante da OAB no auto de prisão em flagrante de um advogado é uma prerrogativa que visa garantir o respeito às especificidades da profissão e aos direitos do advogado.

QUESTÃO 08. Mariângela, advogada trabalhista, foi intimada pelo juízo da Vara do Trabalho de sua cidade para comparecer a audiência única, designada para 16h15 de determinado dia.

Por estar amamentando sua filha Manuela, recém-nascida, Mariângela protocolou petição nos autos do respectivo processo, requerendo preferência na ordem das audiências, mediante comprovação de sua condição. O juiz, contudo, indeferiu o pedido, com o argumento de que a causa é cotratada por uma segunda advogada, conforme procuração constante dos autos, a qual poderia participar do ato.

A respeito da hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

a) Diante da constatação de que há duas advogadas constituídas pela parte, e à míngua de previsão legal, a condição de lactante de Mariângela não é suficiente para o deferimento do pedido de preferência.

b) Conquanto inexistente previsão legal para o pedido formulado por Mariângela, o juiz deveria ter deferido o pleito com base na praxis judiciária e no princípio da razoabilidade.

c) Apenas se Mariângela comprovasse ser a única patrona da causa, haveria previsão legal para que o pedido de preferência fosse atendido.

d) Mariângela tem o direito de preferência assegurado em lei, independente de haver ou não outra advogada constituída nos autos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema direitos da advogada mulher.

A alternativa A está incorreta. Esta afirmativa é incorreta porque existe, sim, previsão legal específica que assegura o direito de preferência em audiências para advogadas lactantes, conforme o artigo 7º-A do Estatuto da OAB. Portanto, a condição de Mariângela como lactante é suficiente para o deferimento do pedido, independentemente da existência de outra advogada constituída nos autos.

A alternativa B está incorreta. Esta opção é incorreta pois existe previsão legal expressa que ampara o pedido de Mariângela, tornando desnecessária a invocação genérica dos princípios da razoabilidade ou da praxis judiciária para fundamentar o deferimento do pedido.

A alternativa C está incorreta. Esta afirmação é incorreta porque o direito de preferência para advogadas lactantes, estabelecido no artigo 7º-A do Estatuto da OAB, não impõe a condição de ser a única advogada constituída no processo. O que se exige para a concessão do direito de preferência é a comprovação da condição de lactante.

A alternativa D está correta. O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em seu artigo 7º-A, introduzido por alterações legislativas posteriores (Lei nº 13.363, de 2016), estabelece direitos específicos para a advogada mulher, incluindo o direito de preferência em audiências para aquelas que estejam amamentando, entre outras condições especiais ligadas à maternidade. Este direito é concedido mediante a simples comprovação da condição de lactante, sem que haja necessidade de ser a única advogada atuante no processo. A legislação visa garantir condições adequadas para que as advogadas possam exercer suas profissões sem prejuízo à maternidade e aos cuidados com seus filhos.

QUESTÃO 09. Uma norma jurídica não vale porque tem um determinado conteúdo... (Hans Kelsen). O que faz uma norma jurídica ser válida é tema central para a teoria e a Filosofia do Direito.

Segundo o Normativismo Jurídico de Hans Kelsen, conforme apresentado em seu livro Teoria Pura do Direito, a validade da norma jurídica recai logicamente sobre uma categoria que é o ponto de partida do processo de criação do direito positivo.

Assinale a opção que apresenta essa categoria.

- a) O legislador democrático.**
- b) A soberania popular.**
- c) A norma fundamental pressuposta.**
- d) O direito das gentes.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Normativismo em Hans Kelsen.

A alternativa A está incorreta. Embora o processo democrático e a figura do legislador sejam centrais para a criação de leis em muitos sistemas jurídicos, para Kelsen, a validade de uma norma jurídica não se fundamenta na natureza do seu criador. O foco da Teoria Pura do Direito é a estrutura normativa e sua validade independente dos agentes que a criam.

A alternativa B está incorreta. A soberania popular refere-se a uma fonte de autoridade política. Embora seja um princípio fundamental em muitas democracias, não serve como base para a validade jurídica na teoria de Kelsen. A validade de uma norma, segundo ele, está na sua relação com a hierarquia normativa culminando na norma fundamental pressuposta.

A alternativa C está correta. A Teoria Pura do Direito de Kelsen busca estabelecer uma ciência jurídica livre de influências externas, como as da política, da moral ou da sociologia. Neste contexto, Kelsen introduz o conceito de "norma fundamental" (Grundnorm) como o alicerce do sistema jurídico. A norma fundamental é uma norma hipotética, pressuposta, que serve de base para a validade de todas as outras normas do sistema. Ela não é escrita ou formalizada; em vez disso, é entendida como a premissa lógica que sustenta a autoridade das normas constitucionais e, por extensão, de todo o sistema jurídico. A validade de uma norma jurídica, portanto, não depende de seu conteúdo, mas de sua conformidade com outras normas, em última instância, com a norma fundamental pressuposta.

A alternativa D está incorreta. O direito das gentes, ou direito internacional público, é um sistema de normas que regula as relações entre os Estados. Embora importante, não é o fundamento último da validade jurídica na perspectiva kelseniana. O conceito de norma fundamental pressuposta se aplica tanto ao direito interno

quanto ao internacional, servindo como base lógica para a validade de todas as normas jurídicas, independentemente da sua esfera de aplicação.

QUESTÃO 10. "Portanto, a moralidade, e a humanidade enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que têm dignidade." Immanuel Kant.

O artigo primeiro da Constituição Federal de 1988 determina que a dignidade da pessoa humana é fundamento da República. Filósofos e juristas há muito debatem o tema da dignidade.

Sobre o tema, assinale a opção que apresenta a posição de Immanuel Kant, em seu livro *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*.

- a) Aquele que pode participar dos destinos políticos da cidade é quem possui e exerce sua dignidade.
- b) Quando algo está acima de todo preço e, portanto, não permite equivalente, então ele tem dignidade.
- c) O amor à lei e à pátria conformam as bases da dignidade na vida social e política.
- d) A dignidade ocorre quando alguém possui elevada estima por si mesmo, mantendo seu amor próprio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema *Metafísica dos Costumes* de Immanuel Kant.

A alternativa A está incorreta. Embora a participação política possa ser considerada uma expressão da autonomia e racionalidade humanas, Kant não restringe a dignidade à capacidade de participação política. Sua concepção de dignidade é mais fundamental, vinculada à natureza racional e moral do ser humano, independentemente de seu status político.

A alternativa B está correta. Kant desenvolve uma concepção de moralidade centrada no valor intrínseco do ser humano, que é dotado de razão e capaz de agir de acordo com princípios morais universais. Para Kant, a dignidade é uma qualidade inerente ao ser humano, que deriva de sua capacidade de agir moralmente, isto é, de sua autonomia e racionalidade. O que possui dignidade, segundo Kant, é de tal valor que não pode ser comparado ou substituído por qualquer equivalente material; não tem preço. Isso se alinha com a ideia de que a dignidade humana é absoluta e incondicional, fundamentando o imperativo categórico que orienta a ação moral.

A alternativa C está incorreta. Enquanto Kant valoriza a lei moral e a ordem racional, ele não fundamenta a dignidade humana no amor à lei ou à pátria. A dignidade, na visão kantiana, decorre da capacidade de agir segundo princípios morais universais, que transcende quaisquer particularidades nacionais ou legais.

A alternativa D está incorreta. Kant diferencia claramente entre amor-próprio, que pode ser condicional e baseado em inclinações pessoais, e a dignidade, que é incondicional e fundamentada na racionalidade e moralidade. A dignidade não é uma questão de autoestima, mas de reconhecimento do valor intrínseco de cada pessoa como um fim em si mesmo.

QUESTÃO 11. Em uma cidade situada no município Gama, José Silva sofreu grave acidente ao ser atropelado por um caminhão. Com lesões pelo corpo, ele foi conduzido ao hospital municipal situado na cidade e, ao passar pelo setor de identificação, alguém não possui consigo qualquer documento. Não tendo tido acesso aos serviços de saúde do SUS (Sistema Único de Saúde), a direção do hospital consultou a Procuradoria do Município para ter acesso aos serviços consagrados na diversidade de José. Sobre o caso apresentado, em consonância com a sistemática jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa que apresenta a resposta correta.

- a) Para fazer jus aos serviços de saúde ofertados pelo SUS, José deve comprovar a condição de contribuinte do sistema previdenciário brasileiro.
- b) Para fazer jus aos serviços de saúde ofertados pelo SUS, José deve comprovar, formalmente, a condição de trabalhador.
- c) Os serviços de saúde ofertados pelo SUS somente são disponibilizados para os brasileiros natos ou naturalizados.
- d) O atendimento pelo SUS deve ser realizado, independentemente de José possuir nacionalidade brasileira, ser trabalhador ou contribuir com a Previdência Social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Direito à Saúde.

A alternativa A está incorreta. A Constituição não estabelece que a utilização dos serviços de saúde do SUS está condicionada à condição de contribuinte do sistema previdenciário. A saúde é um direito universal, independente de contribuição.

A alternativa B está incorreta. Semelhante ao item anterior, não há exigência de comprovação de condição de trabalhador para acesso aos serviços de saúde do SUS, pois o direito à saúde é universal e não está vinculado ao status de emprego.

A alternativa C está incorreta. Os serviços de saúde do SUS não são restritos a brasileiros natos ou naturalizados. Estrangeiros residentes ou em situação de vulnerabilidade (como refugiados e imigrantes) também têm direito ao atendimento pelo SUS, em conformidade com a universalidade do acesso aos serviços de saúde estabelecida pela Constituição.

A alternativa D está correta. Esta opção reflete exatamente o princípio de universalidade do acesso aos serviços de saúde no Brasil, conforme previsto no artigo 196 da Constituição. José Silva tem direito a atendimento pelo SUS independentemente de sua nacionalidade, situação de trabalho ou contribuição previdenciária, uma vez que a saúde é um direito de todos os indivíduos.

QUESTÃO 12. O Supremo Tribunal Federal (STF), por dois terços de seus membros, aprovou de ofício, no último mês, a Súmula Vinculante XXX, que versa sobre matéria tributária. O deputado federal João da Silva mostrou-se preocupado com a referida súmula, pois toma no conhecimento nacional projeto de lei complementar que trará conflito fortemente com o da Súmula Vinculante XXX.

Por desconhecer as consequências que a referida Súmula acarretará ao processo legislativo em andamento, João busca auxílio de sua assessoria jurídica.

Sobre as consequências da Súmula Vinculante aprovada pelo STF, assinale a opção que apresenta, corretamente, a orientação recebida.

- a) Ela vincula unicamente os órgãos do Poder Judiciário, não atingindo os demais poderes, em respeito à separação de poderes.
- b) Ela não alcança o poder legiferante do Congresso Nacional, que segue mantendo intacta sua função originária de criação do Direito.
- c) Ela tem mera função diretiva e de orientação aos demais poderes, sem, no entanto, ter caráter impositivo para qualquer deles, inclusive o Poder Legislativo.
- d) Ela terá efeito vinculante em relação a todos os poderes, em todas as esferas, inclusive no que se refere ao poder de legislar dos entes federativos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Súmulas Vinculantes.

Súmulas Vinculantes não vinculam o legislativo

A alternativa A está incorreta. Embora o principal impacto das súmulas vinculantes seja sobre o Poder Judiciário, obrigando todos os juízes e tribunais a seguir o entendimento do STF, elas também têm efeito vinculante sobre a administração pública direta e indireta nas esferas federal, estadual e municipal. O erro nesta alternativa está em afirmar que elas não atingem "os demais poderes", pois, de fato, atingem o Poder Executivo.

A alternativa B está correta. A criação de uma súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal (STF) tem como objetivo principal a promoção da uniformidade de interpretação da legislação, reduzindo a quantidade de recursos por divergências interpretativas e garantindo a segurança jurídica. No entanto, essas súmulas vinculantes não restringem o Poder Legislativo em sua capacidade originária de legislar, ou seja, de criar, alterar ou revogar leis. O Congresso Nacional mantém sua autonomia para legislar, inclusive podendo aprovar leis que contradigam entendimentos consolidados em súmulas vinculantes. Nestes casos, cabe ao STF, posteriormente, analisar a constitucionalidade da nova legislação.

A alternativa C está incorreta. A súmula vinculante possui, sim, caráter impositivo, especialmente em relação ao Poder Judiciário e à administração pública. A afirmação de que ela teria apenas uma "função diretiva" subestima o seu papel normativo e obrigatório, conforme previsto na Constituição Federal e na legislação que regula o uso das súmulas vinculantes.

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa sugere que a súmula vinculante limitaria o poder de legislar do Congresso Nacional, o que não é verdade. Enquanto a súmula tem efeito vinculante sobre o Poder Judiciário e o Poder Executivo (incluindo suas administrações diretas e indiretas), não impede o Poder Legislativo de exercer sua função de criar leis, mesmo que estas contrariem o entendimento consolidado em uma súmula vinculante. O que acontece é que novas leis podem ser objeto de análise pelo STF quanto à sua constitucionalidade, mas isso não impede sua proposição ou aprovação pelo Legislativo.

QUESTÃO 13. O Presidente da República almeja apresentar ao Poder Legislativo um projeto de lei sobre cláusula penal, de proteção ambiental e sua aprovação. Com isso, quer almejar um outro prisma da questão durante sua campanha eleitoral. Por essa razão, consulta o Advogado-Geral da União para saber qual é a correta orientação constitucional a ser observada para a concretização do seu objetivo.

Com base na situação hipotética narrada e no sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a opção que indica, corretamente, a resposta apresentada pelo Advogado-Geral da União.

a) Edição de medida provisória, para que a iniciativa pudesse produzir efeitos rapidamente, devendo-se lembrar ainda que, por essa via, imediatamente ficaria trancada a pauta do Congresso Nacional para deliberar sobre outra matéria.

b) Apresentação de projeto de lei na Câmara dos Deputados com pedido de urgência, sendo que, por essa via, cada Casa do Congresso Nacional, sucessivamente, tem até 45 (quarenta e cinco) dias para deliberar sobre a proposta, sob o risco de sobrestamento das demais deliberações.

c) Solicitação à base de apoio do Executivo no âmbito do Congresso Nacional para que inicie o processo legislativo de uma emenda constitucional, pois, só assim, ele poderia solicitar Urgência para a deliberação da proposta nas Casas Legislativas.

d) Encaminhamento ao Congresso Nacional, de delegação para elaboração de lei delegada, pois, assim, ele não teria emendas ao seu projeto, e imediatamente, a lei produziria seus efeitos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema iniciativa em medidas provisórias.

A alternativa A está incorreta. Embora a medida provisória (MP) seja um instrumento que permite a rápida efetivação de normas, sua utilização é restrita por critérios de relevância e urgência e não abrange todas as matérias. Especificamente, a Constituição proíbe a edição de MPs sobre matéria relativa a direito penal, tributário, orçamentário e eleitoral, além de não permitir a alteração da organização judiciária e do Ministério Público. A questão da proteção ambiental, por envolver possivelmente matéria tributária (como incentivos fiscais), pode não ser adequada para tratamento via medida provisória.

A alternativa B está correta. De acordo com o artigo 64, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o Presidente da República pode solicitar urgência para a apreciação de projetos de lei de sua iniciativa. O pedido de urgência implica que cada Casa do Congresso Nacional terá o prazo de 45 dias para apreciar o projeto. Se a Casa em que o projeto estiver tramitando não se manifestar dentro desse prazo, o projeto trancará a pauta, impedindo a deliberação sobre quaisquer outras proposições, até que se conclua sua votação. Essa é uma estratégia eficaz para acelerar a aprovação de projetos considerados prioritários pelo Executivo.

A alternativa C está incorreta. A emenda constitucional é um instrumento para alteração da Constituição, não sendo o meio adequado para legislação específica como a proposta de cláusula penal de proteção ambiental. Além disso, o processo de emenda à Constituição tem requisitos e ritos próprios, que não incluem a possibilidade de pedido de urgência pelo Presidente da forma sugerida para projetos de lei ordinária ou complementar.

A alternativa D está incorreta. A lei delegada é um instrumento pelo qual o Congresso Nacional delega ao Presidente da República a competência para elaborar normas sobre determinados temas. No entanto, esse processo é menos comum e requer a edição de um decreto legislativo pelo Congresso Nacional especificando o conteúdo e os termos da delegação. Além disso, não é o procedimento mais ágil ou adequado para a situação descrita, na qual se busca a aprovação rápida de um projeto específico com a possibilidade de discussão e emendas por parte do Congresso.

QUESTÃO 14. Determinada associação nacional, que congrega oficiais de registro e notários, foi surpreendida com a publicação de lei federal X, que muda a destinação dos emolumentos cartorários, de modo que uma parte dos valores arrecadados passaria a ser destinada a políticas públicas do governo federal na área de educação. Considerando a iminente perda de arrecadação, a associação procurou você, na qualidade de advogado(a), para saber da constitucionalidade da Lei Federal X.

Com base na hipótese narrada e no sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a opção que apresenta, corretamente, o seu parecer.

a) Não há inconstitucionalidade na Lei Federal X, pois os emolumentos cartorários, por serem recursos públicos, devem ter a destinação que lhe é atribuída em lei.

b) A Lei Federal X é inconstitucional, pois vincula a destinação dos emolumentos cartorários a finalidade diversa daquela prevista na ordem constitucional.

c) A Lei Federal X é coerente com o sistema constitucional, pois mudou a destinação dos emolumentos cartorários apenas no âmbito da União.

d) Os emolumentos cartorários devem ser direcionados ao custeio da seguridade social, logo, a Lei Federal X afronta a ordem constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema custas e emolumentos na Constituição Federal.

A alternativa A está incorreta. Embora os emolumentos sejam recursos públicos e possam ter sua destinação regulada por lei, essa regulamentação deve respeitar as diretrizes constitucionais. A Constituição estabelece limites específicos para a destinação desses recursos, que não podem ser alterados por lei ordinária de forma a contrariar essas determinações.

A alternativa B está correta. A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 98, § 2º, estabelece que os emolumentos (taxas cobradas pelos serviços cartorários) devem ser destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça. A mudança de destinação desses valores para políticas públicas do governo federal na área de educação, como propõe a Lei Federal X, configura uma violação dessa disposição constitucional. A destinação dos emolumentos cartorários é claramente delimitada pela Constituição, não podendo ser alterada por lei ordinária para finalidades diversas das expressamente previstas.

A alternativa C está incorreta. A esfera de aplicação (federal, estadual ou municipal) não altera o fato de que a destinação dos emolumentos cartorários é constitucionalmente limitada ao custeio das atividades específicas da Justiça. Portanto, qualquer lei que proponha uma destinação diferente para esses recursos é inconstitucional, independentemente de se aplicar no âmbito da União ou não.

A alternativa D está incorreta. A premissa está equivocada. A Constituição não destina os emolumentos cartorários ao custeio da seguridade social, mas sim ao custeio das atividades específicas da Justiça. Embora a destinação dos emolumentos conforme a Lei Federal X para educação afronte a ordem constitucional, a justificativa correta é a vinculação exclusiva desses recursos ao custeio das atividades da Justiça, conforme estabelecido constitucionalmente.

QUESTÃO 15. Depois da ocorrência de calamidade de grandes proporções, em razão de enchentes causadas por chuvas intensas e de longa duração e com efeitos devastadores, e, além disso, classificada como “sem precedentes”, o Presidente da República vislumbra a possibilidade de decretação de estado de defesa para combater o quadro caótico no qual se encontram algumas cidades de uma determinada região do país. Depois de visitar o local, ele tem dúvidas acerca do prazo de duração do medida e, por isso, submete a proposta à apreciação de sua assessoria jurídica.

Assinale a afirmativa que, em consonância com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, deve ser adotada.

a) O Presidente da República tem poder discricionário para definir o prazo de duração, desde que haja aprovação prévia do Congresso Nacional.

b) O tempo de duração não será superior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificam a sua decretação.

c) O tempo para a superação da crise que deu origem à decretação pelo Presidente da República não pode ultrapassar uma sessão legislativa.

d) O tempo de duração será definido discricionariamente, em respeito ao princípio da separação de poderes, pelo Congresso Nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Estado de Defesa.

A alternativa A está incorreta. A Constituição estabelece limites claros para a duração do estado de defesa, não concedendo poder discricionário ao Presidente ou ao Congresso Nacional para definir o prazo de duração. A previsão é específica: até 30 dias, prorrogável uma vez por igual período.

A alternativa B está correta. De acordo com o artigo 136 da Constituição Federal, o estado de defesa pode ser decretado para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza. A mesma norma estabelece que o estado de defesa não poderá ser decretado por mais de 30 dias, admitindo-se uma única prorrogação por igual período, se persistirem as razões que justificaram sua decretação. Esta disposição visa a garantir que medidas excepcionais tenham um prazo limitado, preservando as liberdades civis e o regime democrático.

A alternativa C está incorreta. A duração do estado de defesa não está vinculada à duração de uma sessão legislativa. O prazo máximo é de 30 dias, com a possibilidade de uma única prorrogação por igual período, independentemente do calendário legislativo.

A alternativa D está incorreta. A Constituição Federal já define expressamente o prazo de duração do estado de defesa, não deixando margem para definição discricionária pelo Congresso Nacional ou pelo Presidente. A separação dos poderes, neste caso, é respeitada pela obrigatoriedade de comunicação ao Congresso Nacional sobre a decretação e os limites temporais pré-estabelecidos na própria Constituição.

QUESTÃO 16. Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) é apresentada por um grupo de deputados federais, com fim de autorizar a orçamentação constitucional, cujo objeto é a alteração do Art. 60, § 4º, inciso II, da CRFB/88, que passaria a ter a seguinte redação: O voto direto, secreto, universal e periódico.

Depois de aprovada pelas comissões competentes, os autores da proposta solicitaram ao Presidente da Câmara dos Deputados que colocasse a referida PEC na pauta do plenário da Casa Legislativa, o que foi atendido. Paralelamente, outro grupo de parlamentares, ao perceber que, pela movimentação política, a PEC possivelmente seria aprovada, procura uma ação jurídica para impedir tal votação pelo plenário da Casa.

A respeito da ação jurídica capaz de impedir tal votação pelo plenário da Casa, segundo o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, assinale a afirmativa correta.

a) Em razão da adoção da cláusula pétrea do texto sacrossanto, qualquer legitimado a deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade pode ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal.

b) Com sua sete parte matéria *interna corporis* do Congresso Nacional, é só pode ser apreciada no âmbito do Poder Legislativo, a referida PEC, enquanto não for promulgada e se transformar em ato normativo existente e eficaz, não pode ser objeto de nenhum tipo de controle pelo Poder Judiciário.

c) Por afronta a preceito fundamental, um legitimado pode ajuizar Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição da República.

d) Em razão da inobservância das limitações constitucionais materiais ao poder de emendar a Constituição, qualquer deputado federal tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. A ADI é utilizada para contestar a constitucionalidade de leis ou atos normativos federais ou estaduais já promulgados, não se aplicando a projetos de lei ou PECs em tramitação. Portanto, não seria o meio adequado para impugnar a votação de uma PEC por suposta violação de cláusula pétrea.

A alternativa B está incorreta. Embora o processo legislativo contenha aspectos considerados interna corporis, sobre os quais o Poder Judiciário tradicionalmente evita intervir, a alegação de violação a uma cláusula pétrea da Constituição transcende essa esfera, justificando a intervenção judicial por meio de um mandado de segurança preventivo.

A alternativa C está incorreta. A ADPF visa prevenir ou reparar lesões a preceitos fundamentais decorrentes de ato do poder público. No entanto, o controle preventivo de constitucionalidade de uma PEC que ainda não foi convertida em emenda constitucional não se encaixa perfeitamente nos moldes de uma ADPF, especialmente considerando que este instrumento é mais adequado para normas já promulgadas ou condutas específicas, e não para projetos em tramitação.

A alternativa D está correta. O mandado de segurança, previsto no artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal, é um instrumento jurídico que visa proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. No contexto do processo legislativo, parlamentares têm legitimidade para impetrar mandado de segurança preventivo para assegurar o respeito ao devido processo legislativo, especialmente quando se trata de impedir a deliberação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que possa violar cláusulas pétreas da Constituição, como estabelecido no artigo 60, § 4º. Isso constitui um mecanismo de controle judicial preventivo de constitucionalidade, permitindo ao Supremo Tribunal Federal (STF) intervir antes que uma norma potencialmente inconstitucional seja promulgada.

QUESTÃO 17. STJ transfere à Justiça Federal apuração da morte de líderes de trabalhadores rurais em Rondônia. A pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a transferência, para a Justiça Federal, de seis inquéritos relativos a crimes de homicídio praticados contra líderes de trabalhadores rurais e outras pessoas que denunciaram grilagem de terras e exploração ilegal de madeira em Rondônia.

Notícias do STJ - 25/08/2023

A notícia acima, informada no site do STJ, diz respeito a um instituto exclusivo para a proteção dos Direitos Humanos previsto na Constituição Federal/88.

Assinale a opção que o indica.

a) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

b) Incidente de Deslocamento de Competência.

c) Tese com Repercussão Geral.

d) Ação Popular.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre o Incidente de Deslocamento de Competência (IDC).

A Emenda Constitucional n.º 45/2004 incluiu o § 5º ao art. 109 da CRFB com a seguinte redação: “Art. 109 [...] § 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal”.

A matéria jornalística destacada se referiu à decisão do IDC n.º 22 pelo STJ, no qual a Corte considerou as razões trazidas pela PGR, especialmente, pois os crimes foram praticados em um cenário de violência marcado pela atuação de grupos de extermínio, com envolvimento de agentes da segurança pública local,

que atuam em favor de pessoas política e economicamente poderosas com o objetivo de manter seu controle sobre terras no estado de Rondônia.

A alternativa A está incorreta, pois não se trata de ADPF, além disso, nem poderia, pois tal ação de controle concentrado de constitucionalidade sequer compete ao STJ, mas apenas ao STF.

As alternativas C e D estão incorretas, conforme comentários à alternativa B.

QUESTÃO 18. Os conflitos armados, infelizmente, são uma realidade que afeta diferentes países. As quatro Convenções de Genebra de 1949 conformam a base do Direito Internacional Humanitário.

Em comum às quatro Convenções está o Art. 3º que, entre outros dispositivos, determina o tratamento humano para todos os indivíduos em poder do inimigo, sem nenhuma distinção adversa. Proíbe, especialmente, os assassinatos, as mutilações, as torturas e os tratamentos cruéis, humilhantes e degradantes, a tomada de reféns e os julgamentos parciais.

Sobre esse artigo, assinale a afirmativa correta.

- a) Abrange também as situações de conflito armado sem caráter internacional e que surjam no território de um Estado-parte da Convenção.**
- b) Determina a obrigatoriedade de cessar-fogo, no caso de início de uma rodada de negociações para a busca de solução não armada do conflito.**
- c) Atribui ao Conselho de Segurança da ONU a competência para julgar a legitimidade da guerra e as eventuais sanções a serem impostas às partes do conflito.**
- d) Prevê a instituição de um tribunal específico para o julgamento de acusados de terem cometido crimes de guerra pela Assembleia-Geral das Nações Unidas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão tratou sobre as Convenções de Genebra de 1949, destinadas a proteger as vítimas de guerra, promulgadas pelo Decreto n.º 42.121/1957, de modo que a letra A corresponde a única alternativa correta, conforme o artigo 3º: “Artigo 3º No caso de conflito armado sem caráter internacional e que surja no território de uma das Altas Partes Contratantes, cada uma das Partes em luta será obrigada a aplicar pelo menos, as seguintes disposições”.

As alternativas B, C e D estão incorretas, conforme comentário à alternativa A.

QUESTÃO 19. João, candidato ao cargo eletivo de prefeito municipal, logrou ser eleito. No entanto, por ser muito desorganizado, não conseguiu localizar os documentos necessários para a prestação de contas à Justiça Eleitoral, o que resultou na não apresentação dessas contas.

Sobre as consequências da omissão de João, assinale a afirmativa correta.

- a) A impossibilidade de ser diplomado.**
- b) A sua diplomação com reservas.**
- c) O pagamento de multa, não havendo óbice à diplomação, ato independente.**
- d) A necessidade de firmar compromisso, previamente à diplomação, comprometendo-se a apresentar as contas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois a ausência de prestação de contas resulta na impossibilidade da diplomação, nos termos do art. 29, §2º, da Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições): “Art. 29. § 2º A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas impede a diplomação dos eleitos, enquanto perdurar”.

As alternativas B, C e D estão incorretas, pelo fundamento exposto na alternativa A.

QUESTÃO 20. Entre os correligionários do partido político Alfa estavam dois dos pré-candidatos considerados favoritos na eleição para governador do Estado Beta. Como somente um deles poderia ser escolhido por Alfa para concorrer ao referido cargo eletivo, houve grande interesse dos meios de comunicação social na cobertura das prévias partidárias.

Em relação às emissoras de rádio e televisão, à luz dos balizamentos legais existentes, assinale a afirmativa correta.

a) A lei obsta a cobertura das prévias partidárias.

b) Elas podem realizar, ao vivo ou não, a plena cobertura das prévias partidárias, não sendo permitida qualquer censura.

c) Somente é permitida a transmissão de imagens ao vivo, de modo a evitar o risco de trucagem.

d) As transmissões por emissoras de rádio e televisão das prévias partidárias, ao vivo, são vedadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois a lei não obsta a cobertura das prévias partidárias. No caso, há vedação apenas quanto à transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias.

A alternativa está incorreta, pois as emissoras de rádio e televisão somente podem realizar a cobertura das prévias partidárias, desde que não seja ao vivo.

A alternativa C está incorreta, pois é vedada a transmissão ao vivo das prévias partidárias por emissoras de rádio e de televisão, nos termos do art. 3º, §1º, da Resolução nº 23.610/2019 do TSE.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 3º, §1º, da Resolução nº 23.610/2019 do TSE: “Art. 3º. § 1º É vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social (Lei nº 9.504/1997, art. 36-A, § 1º)”. Cumpre destacar que é importante a leitura da íntegra da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.610/2019, que trata da propaganda eleitoral, tendo em vista que passou a vigorar com novo texto, após a aprovação da Resolução nº 23.732/2024. A norma traz regras já conhecidas e novidades impostas pelo avanço tecnológico, como o uso de inteligência artificial (IA).

QUESTÃO 21. Uma sociedade empresária colombiana celebrou, na Inglaterra, com uma sociedade alemã, um contrato para a entrega de 500 (quinhentas) sacas de café tipo arábica no Porto de Santos, Brasil, sem cláusula de eleição de foro exclusivo.

Durante o transporte, houve um acidente com a embarcação, que acarretou o perecimento da mercadoria.

Você, como advogado(a), é procurado(a) para ajuizar a presente ação.

De acordo com o direito internacional privado brasileiro, assinale a opção que indica a autoridade judiciária competente para processar e julgar eventual demanda entre as contratantes.

- a) A autoridade judiciária inglesa, única e exclusivamente.
- b) A autoridade judiciária colombiana, concorrentemente.
- c) A autoridade judiciária alemã, única e exclusivamente.
- d) A autoridade judiciária brasileira, concorrentemente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou sobre a competência jurisdicional de acordo com o Direito Internacional Privado.

A obrigação contratual (entrega das 500 sacas de café) deveria ser cumprida no Brasil, razão pela qual a LINDB e o CPC, indicam que a jurisdição brasileira poderá ser acionada para processar e julgar o feito:

LINDB: “Art. 12. É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação”.

CPC: “Art. 21. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que: [...] II - no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação”.

Mas além do Brasil, há outro país em que a demanda poderá ser aforada? A resposta é sim!

Tanto no CPC, quanto na LINDB, existem hipóteses em que o legislador dispôs que a jurisdição brasileira se aplica com exclusão de qualquer outra, a exemplo de ações relativas a imóveis situados no Brasil (questão de soberania nacional etc.).

Assim, interpretando a contrário senso, nos casos em que a lei não delimita a competência exclusiva, é possível que, por exemplo, a jurisdição do país onde foi celebrado o contrato (Inglaterra) ou de onde é sediada a empresa (Colômbia) seja provocada pelas partes contratantes, razão pela qual, a competência da jurisdição brasileira é concorrente.

As alternativas A, B e C estão incorretas, conforme comentário à alternativa D.

QUESTÃO 22. A Fundação de Juristas Moçambique-Brasil, associação privada de fim de interesse coletivo, constituiu-se na década de 1990, na cidade de Maputo, capital de Moçambique, e pretende abrir filial no Brasil. Você, advogado(a) especializado em Direito Internacional, é procurado pela Fundação para avaliar a pretensão do caso em tela.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A Fundação não poderá ter filial no Brasil, salvo se houver prévia decisão da justiça brasileira autorizativa.
- b) A Fundação não poderá ter filial no Brasil, antes da aprovação dos atos constitutivos pelo governo brasileiro, ficando a filial sujeita à lei brasileira.
- c) A Fundação não poderá ter filial no Brasil, salvo se houver prévia autorização legislativa do Congresso Nacional.
- d) A Fundação não poderá ter filial no Brasil, antes da aprovação dos atos constitutivos pelo governo moçambicano, ficando a filial sujeita à lei moçambicana.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre o ingresso de organizações de interesse coletivo estrangeiras no Brasil.

A letra B está de acordo com o que se extrai do art. 11, § 1º, da LINDB: “Art. 11. As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem. § 1º Não poderão, entretanto ter no Brasil filiais, agências ou estabelecimentos antes de serem os atos constitutivos aprovados pelo Governo brasileiro, ficando sujeitas à lei brasileira”.

As alternativas A e C estão incorretas, pois não há necessidade de decisão judicial ou legislativa autorizativa, mas de decisão meramente administrativa.

A alternativa D está incorreta, pois a aprovação dos atos constitutivos dar-se-á pelo governo brasileiro e não de Moçambique.

QUESTÃO 23. A Escolinha do Gol, entidade privada sem fins lucrativos, que realiza sua função social de fomento ao esporte no Município Alfa, Estado Beta, entre os anos de 2020 a 2022, recebeu diretamente da União a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para financiar seu programa beneficente de ensino e treinamento de futebol para crianças carentes da localidade.

Pedro, administrador da instituição e técnico de futebol da escolinha, recebeu, em janeiro de 2023, uma notificação do Tribunal de Contas da União (TCU) intimando a instituição a prestar contas dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata devolução, acrescida de juros, correção monetária e multa. Tendo Pedro aplicado 100% dos recursos recebidos nas atividades da escolinha, contrata você, como advogado, para orientá-lo sobre a notificação.

Diante desse cenário, assinale a opção que apresenta sua orientação.

a) Por não se tratar de uma entidade pública, e sim de uma instituição privada, não se submete à fiscalização e ao controle de qualquer Tribunal de Contas.

b) Não pode o TCU fiscalizar e controlar tais repasses, cabendo apenas ao Tribunal de Contas do Estado Beta, por ser o Município Alfa destinatário e efetivo usuário de tais recursos repassados.

c) É devida a prestação de contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que receba e utilize dinheiro público.

d) Apenas deverão prestar contas dos recursos públicos sob recebidos aqueles que os aplicarem em atividade diversa da originalmente estabelecida ou que não os tenham aplicado integralmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o conhecimento sobre o dever de prestar contas.

A alternativa A está incorreta, pois a instituição privada que utiliza dinheiro, bens e valores públicos se submete à fiscalização e ao controle do Tribunal de Contas. Nos termos do art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal: “Art. 70. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária”.

A alternativa B está incorreta, pois, no caso hipotético, compete ao TCU fiscalizar e controlar tais repasses, tendo em vista que os recursos foram repassados diretamente pela União ao Município Alfa.. De acordo com o art. 71, VI, da Constituição Federal: “Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município”.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal: “Art. 70. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize,

arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária”.

A alternativa D está incorreta, pois a fiscalização dos recursos públicos repassados pela União tem como finalidade o controle acerca da sua aplicação. Nesse sentido, dispõe o art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal: “Art. 70. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária”.

QUESTÃO 24. O Presidente da República se quedou inerte quanto à elaboração e ao envio do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) da União para aprovação do Congresso Nacional no prazo estabelecido pela CRFB/88. O Presidente do Congresso Nacional, então, assumiu a responsabilidade de elaboração de um novo projeto de LOA e de envio para tramitação e aprovação de ambas as Casas do Congresso Nacional.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) Caso aprovada, a referida LOA será inconstitucional por vício de iniciativa, já que é de competência privativa do Presidente da República sua elaboração e seu envio ao Congresso Nacional, não podendo o Presidente do Congresso Nacional realizar tal elaboração nem mesmo em caráter excepcional.

b) Comprovada a inércia do Presidente da República, admite-se, de forma subsidiária, que a iniciativa do referido projeto de LOA seja exercida por pessoa diversa, a exemplo do Presidente do Congresso Nacional.

c) Quando o Presidente da República deixa de apresentar o projeto de LOA da União no prazo legal, a CRFB/88 prevê a possibilidade de o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Legislativo apresentarem, autonomamente, seus respectivos projetos de orçamentos para tramitação no Congresso Nacional.

d) A referida LOA somente não será inconstitucional, por vício de iniciativa, caso sua aprovação se dê pelo processo legislativo de aprovação de lei complementar, uma vez que, por se tratar de hipótese excepcional, a Constituição Federal de 1988 prevê um maior rigor para sua aprovação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o conhecimento sobre a elaboração e o envio do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA).

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 165, III, da Constituição Federal: “Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: III - os orçamentos anuais”. Além disso, conforme o art. 166, § 6º, da Constituição Federal: “Art. 166. §6º. Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º”. Nesse contexto, de acordo com o entendimento do STF, é de competência privativa do Presidente da República a elaboração e o envio da LOA ao Congresso Nacional: “Orçamento anual. Competência privativa. Por força de vinculação administrativo-constitucional, a competência para propor orçamento anual é privativa do chefe do Poder Executivo. [ADI 882, rel. min. Maurício Corrêa, j. 19-2-2004, P, DJ de 23-4-2004.] = ADI 2.447, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 4-3-2009, P, DJE de 4-12-2009”.

A alternativa B está incorreta, pois a iniciativa de elaboração e envio do projeto de LOA ao Congresso Nacional é de competência privativa do Presidente da República, não se admitindo que a iniciativa seja exercida por pessoa diversa, nem mesmo em caráter excepcional. De acordo com o STF: “Orçamento anual. Competência privativa. Por força de vinculação administrativo-constitucional, a competência para propor orçamento anual é privativa do chefe do Poder Executivo. [ADI 882, rel. min. Maurício Corrêa, j. 19-2-2004, P, DJ de 23-4-2004.] = ADI 2.447, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 4-3-2009, P, DJE de 4-12-2009”.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 32 da Lei nº 4.320/64: “Art. 32. Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente”.

A alternativa D está incorreta, pois a referida LOA será inconstitucional, por vício de iniciativa, ainda que sua aprovação ocorra pelo processo legislativo de aprovação de lei complementar, uma vez que a Lei Orçamentária Anual é lei ordinária. Além disso, a iniciativa de elaboração e envio do projeto de LOA ao Congresso Nacional é de competência privativa do Presidente da República, não se admitindo que a iniciativa seja exercida por pessoa diversa, nem mesmo em caráter excepcional. De acordo com o STF: “Orçamento anual. Competência privativa. Por força de vinculação administrativo-constitucional, a competência para propor orçamento anual é privativa do chefe do Poder Executivo. [ADI 882, rel. min. Maurício Corrêa, j. 19-2-2004, P, DJ de 23-4-2004.] = ADI 2.447, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 4-3-2009, P, DJE de 4-12-2009”.

QUESTÃO 25. O Município Alfa pretende firmar convênio com a União para fiscalizar e arrecadar diretamente o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) dos imóveis rurais situados em seu território. Acerca dessa pretensão municipal, assinale a afirmativa correta.

a) Tal convênio, caso firmado, configura um exemplo de transferência de competência tributária plena da União para o Município.

b) Caso firme tal convênio, o Município Alfa terá direito a ficar com 100% do ITR arrecadado referente aos imóveis rurais situados em seu território.

c) Tal convênio é legalmente vedado por configurar delegação de capacidade tributária ativa.

d) O Município Alfa pode receber delegação para arrecadar o tributo, mas sua fiscalização é privativa de agentes da Administração Tributária Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda os temas competência tributária e repartição de receitas tributárias.

A alternativa A está incorreta, pois não existe a figura da transferência de competência tributária plena no direito tributário brasileiro, conforme art. 7º, *caput*, do CTN: “A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do art. 18 da Constituição”.

A alternativa B está correta, pois revela o teor do art. 158, II, da CF: “Pertencem aos Municípios: cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III”. Por sua vez, o art. 153, § 4º, III, da CF revela que: “O imposto previsto no inciso VI do *caput* [ITR] será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal”

A alternativa C está incorreta, pois (i) é possível a delegação da capacidade tributária ativa, conforme art. 7º, *caput*, do CTN e (ii) o convênio é previsto no art. 153, §4º, III, da CF.

A alternativa D está incorreta, pois haverá delegação das atribuições de cobrança e fiscalização aos Municípios, conforme art. 153, §4º, III, da CF.

QUESTÃO 26. João e José decidem constituir uma sociedade empresária, denominada *Informática ABC Ltda.*, especializada na prestação de serviços na área de informática. João integralizou 50% do capital

social da sociedade com dinheiro, e José integralizou os seus 50% com um imóvel de sua propriedade localizado no Município *Alfa*, a ser utilizado como sede da empresa.

Dois anos depois do início das atividades da sociedade empresária, José recebe uma notificação da Secretaria de Fazenda do Município *Alfa*, por falta de pagamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), devido no ato da integralização do capital social da empresa, por ser ele, segundo a legislação local, o contribuinte deste imposto.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) José é responsável solidário pelo recolhimento do ITBI incidente sobre essa transmissão.
- b) As empresas do setor de informática, por expressa disposição de lei complementar nacional, estão isentas do pagamento de ITBI.
- c) É devida a cobrança do ITBI, uma vez que houve a transmissão da propriedade do imóvel de José para a empresa *Informática ABC Ltda.* no ato da integralização do capital social.
- d) O ITBI não incide sobre a transmissão de bens incorporados ao patrimônio de *Informática ABC Ltda.*, em realização de capital.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o tema imunidade tributária.

A alternativa A está incorreta, pois a operação transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica para integralização de capital é imune à incidência de ITBI, conforme comentários à alternativa D.

A alternativa B está incorreta, pois: (i) lei complementar nacional não pode conceder isenção de tributos municipais, conforme art. 151, III, da CF: “É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios”; e (ii) a operação referida no enunciado é imune à incidência de ITBI, conforme comentários à alternativa D.

A alternativa C está incorreta, pois a operação transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica para integralização de capital é imune à incidência de ITBI, conforme comentários à alternativa D.

A alternativa D está correta, pois revela o teor do art. 156, §2º, I, da CF: “O imposto previsto no inciso II [ITBI] não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil”.

QUESTÃO 27. A sociedade empresária *Books & Books Ltda.*, verificando a queda na receita de venda de livros impressos e o fechamento de inúmeras outras livrarias locais, decide alterar seu negócio para importação e comercialização no mercado interno de livros eletrônicos acompanhados dos respectivos aparelhos exclusivamente leitores.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) A importação de tais livros eletrônicos e seus respectivos aparelhos leitores por *Books & Books Ltda.* fica imune da incidência do Imposto de Importação.

b) A comercialização no mercado interno de tais livros eletrônicos por Books & Books Ltda. é imune da incidência de Imposto sobre Circulação de Mercadorias, mas não é imune da incidência deste tributo estadual na comercialização de seus respectivos aparelhos leitores.

c) Embora tais livros eletrônicos e seus respectivos aparelhos leitores importados e comercializados no mercado interno por Books & Books Ltda. sejam equiparados a livros, o Imposto de Importação e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, por serem tributos indiretos, não podem ser alcançados por essa imunidade.

d) Os livros eletrônicos e seus respectivos aparelhos leitores importados e comercializados por Books & Books Ltda. não podem ser equiparados a livros, razão pela qual não incide qualquer imunidade sobre a importação ou a comercialização deles no mercado interno.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois revela o teor da Súmula Vinculante 57: “A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (*e-book*) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (*e-readers*), ainda que possuam funcionalidades acessórias.”

A questão aborda o tema imunidade tributária.

As alternativas B, C e D contrariam o enunciado da Súmula Vinculante 57, logo são incorretas.

QUESTÃO 28. Para conter a escalada de preços dos combustíveis que vem afetando a economia nacional, a equipe econômica do governo federal estuda a possibilidade de conceder, mediante lei complementar editada exclusivamente para tal fim, uma isenção temporária de um ano sobre todos os tributos federais e estaduais incidentes sobre os combustíveis (petróleo e derivados), atendendo aos requisitos das leis orçamentárias.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) A concessão de tal isenção, mediante lei complementar, de caráter nacional, exclusivamente para este fim é admitida pela Constituição Federal.

b) Sendo tal benefício fiscal apenas temporário, pode ser excepcionalmente admitido por ter, como causa, uma situação extraordinária de interesse nacional.

c) Tal lei afronta a Constituição Federal ao atingir tributos de competência estadual.

d) A competência tributária é privativa da Agência Nacional de Petróleo (ANP) quanto à tributação de combustíveis, e tal lei acaba por violá-la.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o tema vedação à concessão de isenção heterônoma.

A alternativa A está incorreta, pois o inciso III do artigo 151 da CF veda a concessão de isenção heterônoma, conforme comentários à alternativa C.

A alternativa B está incorreta, pois, ainda que se trate de situação extraordinária de interesse nacional, o inciso III do artigo 151 da CF veda a concessão de isenção heterônoma, conforme comentários à alternativa C.

A alternativa C está correta, pois revela o teor do art. 151, III, da CF: “É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.”

A alternativa D está incorreta, pois a competência tributária pertence aos entes federados e não à ANP, conforme dispõe a CF: “Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: I - impostos; II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.”

QUESTÃO 29. Determinado país declarou guerra ao Brasil. Para fazer frente aos gastos com o esforço de guerra, a União resolveu criar, por lei federal ordinária, um imposto extraordinário de guerra, com a mesma hipótese de incidência do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações.

A alíquota fixada pela lei federal era de 1% sobre o valor da doação ou do montante transmitido *causa mortis*.

Sobre esse imposto extraordinário, assinale a afirmativa correta.

- a) Não pode ser criado, pois viola a competência tributária dos Estados e do Distrito Federal.**
- b) Como apresenta hipótese de incidência idêntica à do imposto estadual, somente poderia ser criado por lei complementar.**
- c) Configura hipótese de bitributação ilegal, razão pela qual não poderia ser admitido.**
- d) É válido, mas deve ser suprimido, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o tema tributos em espécie.

A alternativa A está incorreta, pois se trata de competência expressamente prevista à União no art. 154, II, da CF: “A União poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação”

A alternativa B está incorreta, pois o imposto em questão poderá ser criado por Lei Ordinária, conforme art. 154, II, da CF. Resta salientar que as matérias reservadas a Lei Complementar são expressamente enumeradas na Constituição e, não havendo a utilização da nomenclatura “Lei Complementar”, mas apenas “Lei”, o instrumento normativo a ser utilizado será a Lei Ordinária.

A alternativa C está incorreta, pois é hipótese de bitributação permitida pela própria Constituição Federal, no inciso II do art. 154.

A alternativa D está correta, pois o imposto deverá ser suprimido gradativamente quando cessadas as causas de sua criação, conforme art. 154, II, da CF: “A União poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação”.

QUESTÃO 30. Vicente, servidor público federal estável, praticou conduta que corresponde a crime, na forma da legislação penal, e se enquadra como falta funcional grave, passível de demissão. Ao tomar conhecimento de tal situação, a Administração determinou a instauração de processo administrativo disciplinar, com a designação da Comissão processante, composta por três servidores ocupantes de cargos efetivos, sendo certo que um deles, Alípio, ainda não alcançou a estabilidade. Paralelamente, o Juízo criminal competente recebeu denúncia em desfavor de Vicente em razão dos mesmos fatos.

Considerando os dados apresentados, Vicente procurou você, como advogado(a), para esclarecer dúvidas acerca da mencionada situação. Assinale a opção que apresenta a orientação jurídica que, corretamente, você prestou.

a) O processo administrativo disciplinar em face de Vicente não poderia ser instaurado, na medida em que a sua responsabilização deve se restringir à esfera criminal.

b) A nomeação de Alípio para compor a comissão processante do processo administrativo disciplinar não é válida.

c) O recebimento da denúncia em desfavor de Vicente suspende a apuração levada a efeito em sede de processo administrativo disciplinar.

d) Eventual sentença absolutória na ação penal deverá repercutir em demissão de Vicente, ainda que fundada na ausência de provas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda o tema processo administrativo disciplinar de servidor público federal.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a responsabilidade do servidor pode abarcar as esferas cível, penal e administrativa, conforme art. 121 da Lei 8.112/90, na linha do qual “O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.” Portanto, incorreto aduzir que a responsabilidade do servidor devesse se ater apenas à órbita criminal.

A alternativa B está correta, porquanto tem apoio no teor do art. 149 da Lei 8.112/90, segundo o qual “O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, observado o disposto no § 3º do art. 143, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.” Dessa maneira, acertado dizer que a nomeação de Alípio para compor a comissão processante mostrou-se inválida, eis que ainda não se tratava de servidor estável.

A alternativa C está incorreta, visto que as responsabilidades civil, penal e administrativa são, via de regra, independentes entre si, na forma do art. 125 da Lei 8.112/90, *in verbis*: “As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.” Assim sendo, o recebimento da denúncia na seara criminal não interfere no processamento administrativo disciplinar do servidor.

A alternativa D está incorreta, tendo em vista a apontada independência das instâncias penal, civil e administrativa, sendo certo que a absolvição criminal por insuficiência de provas não constitui uma das exceções contempladas em nossa legislação.

QUESTÃO 31. A sociedade empresária Sabiá tomou conhecimento de um edital de licitação elaborado pelo Município Alfa para promover a permissão de determinado serviço público de competência local, razão pela qual procura sua assessoria jurídica, a fim de dirimir algumas dúvidas acerca da mencionada modalidade de delegação.

Acerca das peculiaridades da permissão de serviços públicos, à luz do disposto na CRFB/88 e na Lei nº 8.987/95, assinale a afirmativa correta.

a) A modalidade licitatória deverá ser necessariamente aquela designada como diálogo competitivo.

b) Não é necessária a realização de licitação para a formalização da delegação pretendida pelo Município Alfa.

c) É necessária a constituição de uma sociedade de propósito específico para a formalização do respectivo contrato.

d) A delegação pretendida poderá ser realizada para pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para a prestação do serviço por sua conta e risco.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o tema permissão de serviços públicos.

A alternativa A está incorreta, pois, em se tratando de permissões de serviços públicos, a legislação não exige modalidade específica de licitação, como se depreende da definição vazada no art. 2º, IV, da Lei 8.987/95: “Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se (...) permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.”

A alternativa B está incorreta, uma vez que, para além da definição legal acima transcrita, que revela a necessidade, sim, de licitação, a própria Constituição da República é clara ao estabelecer tal exigência, como se vê da leitura de seu art. 175, *caput*: “Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.”

A alternativa C está incorreta, porquanto a constituição de sociedade de propósito específico é uma exigência pertinente às concessões especiais de serviços públicos, via contratos de parcerias público-privadas, o que não é o caso das permissões de serviços públicos.

A alternativa D está correta, tendo em vista que seu teor está perfeitamente alinhado ao conceito legal de permissão de serviços públicos, consoante art. 2º, IV, da Lei 8.987/95, transcrito nos comentários à alternativa A.

QUESTÃO 32. Jamile, após aprovação em concurso público, foi investida em cargo efetivo na Secretaria de Administração do Estado Alfa, no qual alcançou a estabilidade.

No entanto, o mencionado ente federativo decidiu reformular o seu quadro de pessoal, de modo que, após o devido processo legislativo, fez publicar a Lei XYX que extinguiu a carreira e, conseqüentemente, o cargo efetivo ocupado por Jamile, e, em razão disso, ato contínuo, promoveu sua exoneração.

Diante dessa situação hipotética, à luz das disposições constitucionais acerca dos servidores públicos, assinale a afirmativa correta.

a) Jamile não pode ser afetada pela alteração legislativa em comento, pois possui o direito adquirido de permanecer no cargo para o qual foi aprovada em concurso.

b) O Estado Alfa deve promover o aproveitamento de Jamile em outro cargo, ainda que com atribuições e remuneração distintas daquele para o qual ela fora aprovada em concurso.

c) A exoneração de Jamile revela-se adequada e pertinente, diante da extinção da carreira e do cargo efetivo que ocupava pela Lei XYZ.

d) Jamile, em razão da extinção do cargo, deve ficar em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda o tema extinção de cargo público ocupado por servidor estável.

A alternativa A está incorreta, uma vez que inexistente o alegado direito adquirido à permanência especificamente no cargo público para o qual o servidor foi aprovado.

A alternativa B está incorreta, tendo em conta que o aproveitamento deve se dar em cargo com atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado. Nessa linha, apenas como exemplo, no âmbito federal, cite-se o teor do art. 30 da Lei 8.112/90: “O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.”

A alternativa C está incorreta, considerando que a servidora já teria adquirido estabilidade no serviço público, de maneira que não poderia ser exonerada, mas sim colocada em disponibilidade até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

A alternativa D está correta, porquanto em linha com o art. 41, §3º, da CRFB, segundo o qual “Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.”

QUESTÃO 33. Marcelo, servidor público federal estável, aposentou-se por invalidez. Meses depois, uma junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos de sua aposentadoria.

Consoante a Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, o retorno de Marcelo à atividade, por meio de provimento de cargo público derivado por reingresso, se dará pela

a) reintegração, que se dará no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação. Na hipótese de o cargo ter sido extinto, Marcelo ficará em disponibilidade.

b) recondução, que ocorrerá no mesmo cargo de origem e, encontrando-se provido o cargo, Marcelo será aproveitado em outro.

c) reversão, que se fará no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação e, encontrando-se provido o cargo, Marcelo exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

d) readaptação, que se realizará em cargo de atribuições afins ao cargo originário de Marcelo, respeitada a habilitação exigida, o nível de escolaridade e a equivalência de vencimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda tema concernente às formas de provimento derivado de cargos públicos.

A alternativa A está incorreta, uma vez que a hipótese descrita pela Banca não seria de reintegração, mas sim de reversão, conforme fundamentos esposados na letra C.

A alternativa B está incorreta, tendo em conta que o enunciado não descreve hipótese de recondução, e sim de reversão, de acordo com as razões exibidas na letra C.

A alternativa C está correta, porquanto afina-se com a regra contida no art. 25, I, da Lei 8.112/90, conforme o qual “Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado: por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria;”

A alternativa D está incorreta, na medida em que o enunciado não narra hipótese de readaptação, mas sim de reversão, como acima fundamentado nos comentários à letra C.

QUESTÃO 34. O Ministério Público Federal ajuizou ação buscando responsabilização judicial da Sociedade Empresária Delta pela prática de atos lesivos à Administração Pública que atentaram contra o patrimônio público nacional.

Na inicial, imputa-se à citada pessoa jurídica a prática de atos que dificultaram atividade de fiscalização de órgãos públicos federais e intervieram na atuação desses órgãos, inclusive no âmbito de órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

A diretoria da Sociedade Empresária Delta, preocupada com eventual possibilidade de sanção judicial de dissolução compulsória da pessoa jurídica, contratou você como a advogado(a) especializado na matéria.

Diante das circunstâncias do caso concreto e com base na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), sobre a dissolução compulsória da pessoa jurídica assinale a afirmativa correta.

- a) Não é sanção prevista pela prática de atos lesivos à Administração Pública, mas pode ser aplicada em eventual ação de improbidade administrativa.
- b) É medida extrema que somente pode ser decretada pelo Supremo Tribunal Federal, quando houver risco concreto de comprometimento do sistema financeiro nacional ou da soberania nacional.
- c) Não existe no ordenamento jurídico brasileiro, em razão da função social da sociedade empresária e da livre concorrência, e a sanção máxima aplicável seria a suspensão ou interdição parcial de suas atividades.
- d) É determinada quando for comprovado que a personalidade jurídica foi utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos, ou foi constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão exigiu conhecimentos acerca da Lei Anticorrupção.

A alternativa A está incorreta, tendo em conta que a Lei Anticorrupção prevê, sim, dentre as sanções ali cominadas, aquela consistente na dissolução compulsória da pessoa jurídica, o que se extrai da leitura do art. 19, III, de tal diploma: “Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras: (...) III - dissolução compulsória da pessoa jurídica;”

A alternativa B está incorreta, uma vez que: i) a aplicação da pena de dissolução compulsória da pessoa jurídica não é de competência originária e exclusiva do STF; e ii) para sua imposição, não se exige que haja o alegado risco concreto de comprometimento do sistema financeiro nacional ou da soberania nacional.

A alternativa C está incorreta, pois, conforme exposto nos comentários à alternativa A, a Lei Anticorrupção é explícita ao prever, sim, dentre suas sanções, aquela consistente na dissolução compulsória da pessoa jurídica.

A alternativa D está correta, tendo em vista que devidamente embasada na norma do art. 19, §1º, I e II, da Lei Anticorrupção, *litteris*: “A dissolução compulsória da pessoa jurídica será determinada quando comprovado: ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos; ou ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.”

QUESTÃO 35. Município Alfa criou regularmente uma Unidade de Conservação (UC), por meio de decreto do Prefeito. Três anos depois, mediante a realização de novos estudos técnicos e de consulta pública, o

chefe do Executivo municipal se convenceu de que deveria reduzir os limites geográficos da Unidade de Conservação.

Sabendo que o Prefeito está prestes a assinar novo decreto promovendo a supressão e a desafetação de uma parte dessa Unidade de Conservação, um grupo de ambientalistas procurou você como advogado(a).

Nesse contexto, assinale a opção que apresenta, corretamente, sua orientação acerca do novo decreto.

- a) O decreto em questão não pode ser considerado válido, pois quaisquer alterações na UC devem ser precedidas de autorização dos órgãos ambientais estadual e federal;
- b) Não há qualquer mácula no aludido decreto, uma vez que foram realizados novos estudos técnicos e consulta pública, que são imprescindíveis para quaisquer alterações na UC;
- c) É inviável a alteração pretendida por decreto, haja vista que a desafetação ou redução dos limites de Unidade de Conservação só pode ser feita mediante lei específica;
- d) O decreto em análise está em consonância com o ordenamento jurídico, na medida em que, se a criação da UC se deu por tal via, sua redução pode ser realizada pelo mesmo instrumento normativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema Unidades de Conservação.

A alternativa A está incorreta, pois não há previsão na Lei Federal nº 9.985/2000 quanto à necessidade de prévia autorização dos órgãos ambientais estadual e federal para alterações em UC.

A alternativa B está incorreta, pois a alteração pretendida, referente a redução de limites geográficos, demanda Lei específica, mesmo que existentes estudos técnicos e consulta pública.

A alternativa C está correta, conforme art. 22, §7º, da Lei Federal nº 9.985/2000: "A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica". Assim sendo, conforme o referido dispositivo legal, a redução dos limites geográficos pretendida pelo chefe do Executivo municipal só poderia ser realizada mediante Lei específica, sendo inviável a sua concretização via Decreto.

A alternativa D está incorreta, pois somente a ampliação dos limites de uma UC pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, conforme art. 22, §6º, da Lei Federal nº 9.985/2000.

QUESTÃO 36. A sociedade empresária *Gama* requereu licença ambiental para empreender um aterro sanitário. O processo de licenciamento ambiental tramita no órgão licenciador competente.

No curso do procedimento, observadas as cautelas legais necessárias, o licenciador deferiu licença na fase inicial do planejamento do empreendimento, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. Registre-se que tal licença foi deferida isoladamente, diante da natureza, das características e da fase do empreendimento.

O caso em tela, de acordo com a Resolução CONAMA nº 237/1997, trata de licença

- a) Prévia, que será sucedida, na próxima etapa do licenciamento, pela licença de instalação, que autorizará a instalação do empreendimento de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados;
- b) De instalação, que será sucedida, na próxima etapa do licenciamento, pela licença de operação, que autorizará a operação da atividade ou do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do

que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e os condicionantes determinados para a operação;

c) De funcionamento, que foi precedida pela licença ambiental simplificada, que autorizará o início dos estudos ambientais, em especial, a elaboração do estudo prévio de impacto ambiental e seu correlato relatório de impacto ambiental;

d) De operação, que foi precedida pela licença de instalação, que autorizará a execução das medidas mitigatórias previstas no estudo de impacto ambiental e a instalação do empreendimento de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata do tema Licenciamento Ambiental.

A alternativa A está correta, conforme art. 8º, inciso I, da Resolução CONAMA nº 237/1997: "Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação". Assim, considerando o contexto apresentado pelo enunciado da questão, de licença deferida na fase inicial do planejamento do empreendimento, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, trata-se de licença prévia.

Ressalta-se que as licenças ambientais poderão ser expedidas isoladamente, conforme art. 8º, parágrafo único, da Resolução CONAMA nº 237/1997: "As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade".

A alternativa B está incorreta, pois apesar de trazer o conceito de licença de operação previsto no art. 8º, inciso III, da Resolução CONAMA nº 237/1997, e a correta ordem das licenças a serem concedidas, a licença de instalação não é deferida na fase inicial do planejamento.

A alternativa C está incorreta, dado que não há previsão na Resolução CONAMA nº 237/1997 sobre licença de funcionamento ou licença ambiental simplificada.

A alternativa D está incorreta, pois não traz o conceito correto de licença de instalação previsto no art. 8º, inciso II, da Resolução CONAMA nº 237/1997, além de que a licença de operação não é deferida na fase inicial do planejamento.

QUESTÃO 37. Vitória e Rodrigo foram casados, em regime de comunhão parcial de bens, e são pais de Mariana. Quando Mariana atingiu 16 (dezesseis) anos, os pais divorciaram-se, passando a residir em lares distintos e a compartilhar a guarda de Mariana. Mariana passou a residir com o pai.

A respeito do dever de educação de Mariana, assinale a afirmativa correta.

a) Caberá a Vitória e a Rodrigo, já que o dever de educação inserido nos deveres e direitos dos pais com relação aos filhos, no exercício do poder familiar, independe da situação conjugal de ambos.

b) Com o divórcio, o dever de educação passa a ser somente do pai, com quem Mariana reside, sendo impossível fisicamente Vitória colaborar nesse sentido, dada a distância física de Mariana.

c) Com o divórcio, caberá este dever somente ao pai, Rodrigo, pois, em que pese a guarda compartilhada, Mariana reside com ele.

d) A guarda e a convivência determinam a quem caberá o dever de educar o filho, de modo que, nesse caso, o dever de educação passa a ser somente do pai.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 1.566, IV, do Código Civil: “Art. 1.566. São deveres de ambos os cônjuges: IV - sustento, guarda e educação dos filhos”. Além disso, o dever de educação dos pais com relação aos filhos independe da situação conjugal de ambos. De acordo com o art. 1.634, I, do Código Civil: “Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos: I - dirigir-lhes a criação e a educação”.

As alternativas B, C e D estão incorretas. De acordo com o art. 1.579 do Código Civil: “O divórcio não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos”. Dessa forma, mantém-se o dever de Vitória e Rodrigo quanto à educação de Mariana, nos termos do art. 1.566, IV, do Código Civil: “Art. 1.566. São deveres de ambos os cônjuges: IV - sustento, guarda e educação dos filhos”.

QUESTÃO 38. Joana trabalhou por 15 anos como empregada doméstica na residência de Alzira, um imóvel de 60 metros quadrados, herdado de seu falecido pai. Durante todo esse período, Joana percebeu salários mensais, tal como acordado, porém nunca recebeu as verbas referentes às férias e ao décimo terceiro salário, bem como nunca teve as contribuições previdenciárias devidamente recolhidas.

Depois da rescisão contratual, Joana promoveu a ação trabalhista, visando receber as verbas devidas e não pagas, tendo seus direitos reconhecidos por sentença transitada em julgado. Não obstante, o pagamento das verbas não foi realizado e, fato seguinte, foi promovida a execução, momento em que Joana, representada por seu advogado, diante do não pagamento e da inexistência de outros bens, requereu a penhora do imóvel residencial de Alzira.

Ante a hipótese narrada, considerando que o imóvel residencial de Alzira é o único que ela possui, assinale a afirmativa correta.

- a) O imóvel é impenhorável, mas os bens móveis que o guarnecem são penhoráveis, independentemente do valor dos mesmos.**
- b) O imóvel é impenhorável, bem como são impenhoráveis os móveis que guarnecem a casa, exceto as obras de arte e os adornos suntuosos.**
- c) O imóvel na execução promovida por Joana é, em qualquer hipótese, penhorável.**
- d) O imóvel, na execução promovida por Joana, é penhorável, desde que comprovada a má-fé da devedora.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois, em regra, são impenhoráveis os móveis que guarnecem a casa, exceto as obras de arte e os adornos suntuosos. Dispõe o art. 2º da Lei nº 8.009/90: “Art. 2º Excluem-se da impenhorabilidade os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos”.

A alternativa B está correta. Na situação hipotética narrada, o imóvel residencial de Alzira é impenhorável, nos termos do art. 1º, caput, da Lei nº 8.009/90: “Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei”.

De acordo com o art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 8.009/90 também são impenhoráveis os móveis que guarnecem a casa: “A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados”.

Contudo, não estão alcançados pelo regime de impenhorabilidade legal, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.009/90, “os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos”, que poderão ser penhorados para o pagamento das dívidas do titular.

As alternativas C e D estão incorretas, pois o imóvel residencial de Alzira é impenhorável, nos termos do art. 1º, caput, da Lei nº 8.009/90: “Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei”.

QUESTÃO 39. Antônio, locatário de um imóvel residencial, verificou uma enorme infiltração atrás dos armários da cozinha. Com a finalidade de evitar maior deterioração do imóvel, Antônio realizou a obra a fim de reparar o dano e conservar o bem. Aproveitando a presença do empreiteiro em sua casa, reformou todos os armários dos quartos, para incluir portas de espelho e puxadores em cobre com o único objetivo de deixá-los mais sofisticados, pois os anteriores estavam em perfeito estado. Aproveitou também a oportunidade para incluir um grande aquário embutido na parede da sala.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) Por não ser proprietário do bem, as obras realizadas por Antônio não podem ser consideradas como benfeitorias.**
- b) As obras realizadas por Antônio são classificadas como benfeitorias úteis, pois facilitam o uso do bem.**
- c) O reparo na cozinha é uma benfeitoria necessária, porque conserva e evita que a coisa se deteriore, e a reforma dos armários e do aquário são benfeitorias voluptuárias, pois trata-se de mero deleite.**
- d) A reforma dos armários dos quartos e o aquário da sala valorizam o bem, sendo consideradas como benfeitorias úteis, diferente do reparo na cozinha que, por força da gravidade, classifica-se como benfeitoria necessária.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Consoante dispõe o art. 96 do Código Civil, há três espécies de benfeitorias: “Art. 96. As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias. § 1º São voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor. § 2º São úteis as que aumentam ou facilitam o uso do bem. § 3º São necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore”.

De acordo com Cristiano Chaves: “O critério distintivo para a classificação das benfeitorias há de ser, naturalmente, a destinação, a finalidade. Bem por isso, a mesma situação pode se classificar, em diferentes situações, como benfeitoria necessária, útil ou voluptuária. Diante do caso concreto, recorrer-se-á ao critério da essencialidade, isto é, deve-se indagar se, na espécie, aquela obra ou despesa é essencial à conservação da coisa principal, se apenas introduz um melhoramento ou se, então, é de mero deleite”.

Considerando o disposto no Código Civil e de acordo com o entendimento da doutrina, as benfeitorias realizadas por Antônio são classificadas da seguinte forma:

1. Obra realizada nos armários da cozinha em decorrência da enorme infiltração atrás dos armários, com a finalidade de evitar maior deterioração do imóvel, reparar o dano e conservar o bem: benfeitoria necessária.
2. Reforma de todos os armários dos quartos, para incluir portas de espelho e puxadores em cobre com o único objetivo de deixá-los mais sofisticados: benfeitoria voluptuária.
3. Obra para incluir um grande aquário embutido na parede da sala: benfeitoria voluptuária.

Após breve introdução, passamos à análise das alternativas.

A alternativa A está incorreta, pois as obras realizadas por Antônio podem ser consideradas como benfeitorias.

A alternativa B está incorreta. As obras realizadas por Antônio nos armários da cozinha são classificadas como benfeitorias necessárias, pois tinham a finalidade de evitar maior deterioração do imóvel, reparar o dano e conservar o bem. Por outro lado, são benfeitorias voluptuárias a reforma dos armários dos quartos para incluir portas de espelho e puxadores em cobre, além da obra para incluir um grande aquário embutido na parede da sala.

A alternativa C está correta. O reparo na cozinha consiste em benfeitoria necessária, pois o enunciado afirma que o local se encontrava com enorme infiltração. Assim, por se tratar de medida indispensável à conservação da coisa, evitando deterioração ou destruição do imóvel, a reforma do encanamento da cozinha é classificada como benfeitoria necessária. Nos termos do art. 96, §3º, do CC: “São necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore”. Em contrapartida, a reforma dos armários é benfeitoria voluptuária, pois a inclusão de portas de espelho e puxadores em cobre tinha como o único objetivo deixá-los mais sofisticados, pois os anteriores estavam em perfeito estado. De igual modo, a obra para incluir o aquário é benfeitoria voluptuária, pois trata-se de mero deleite. Nos termos do art. 96, §1º, do CC: “São voluptuárias as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor”.

A alternativa D está incorreta, pois a reforma dos armários dos quartos e a inclusão do aquário da sala são consideradas como benfeitorias voluptuárias, na medida em que caracterizam mero deleite ou recreio e não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor. Cumpre destacar que a segunda parte da alternativa está correta, pois o reparo na cozinha classifica-se como benfeitoria necessária, pois, diante da enorme infiltração, era imprescindível para conservar o bem ou evitar que se deteriore.

QUESTÃO 40. André, mediante contrato escrito, comprou o carro de passeio de seu vizinho, Bernardo. Duas semanas depois, enquanto André o conduzia por uma das principais avenidas da cidade, o veículo quebrou, por causa de um defeito não aparente na mangueira do radiador.

Para pretender indenização por perdas e danos em desfavor de Bernardo pelo ocorrido, André deve provar

- a) a existência de cláusula expressa no contrato de garantia contra vícios ocultos.**
- b) a preexistência do defeito, mesmo que desconhecido por Bernardo.**
- c) a preexistência do defeito e que Bernardo tinha conhecimento dele.**
- d) a preexistência do defeito, que Bernardo tinha conhecimento dele e a existência de cláusula no contrato de garantia contra vícios ocultos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o Código Civil não exige cláusula contratual expressa como requisito para a existência da garantia contra vícios ocultos.

A alternativa B está incorreta, pois a ausência do conhecimento de Bernardo acerca do vício somente acarreta a responsabilidade quanto ao valor recebido, não sendo cabível o pagamento de perdas e danos, consoante dispõe o art. 443 do Código Civil: “Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, tão-somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato”.

A alternativa C está correta. Os vícios redibitórios são conceituados como os vícios ou defeitos ocultos que desvalorizam a coisa ou a tornam imprópria para uso a que é destinada. Na hipótese do questionamento proposto, para pretender indenização por perdas e danos em desfavor de Bernardo pelo ocorrido, André deve provar preexistência do defeito e que Bernardo tinha conhecimento dele, nos termos do art. 443 do Código Civil: “Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, tão-somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato”. Ademais, de acordo com Cristiano Chaves: “A existência dos vícios e a necessidade de sua reparação independem da boa-fé do alienante. Contudo, esta é fundamental para se determinar o quantum indenizatório visto que irá alterar o valor a ser pago. Se de boa-fé, ocorrerá responsabilidade apenas quanto ao valor recebido, se de má-fé, deverá a este valor acrescentar as eventuais perdas e danos”.

A alternativa D está incorreta, pois o Código Civil não exige cláusula contratual expressa como requisito para a existência da garantia contra vícios ocultos. No caso hipotético, para pretender indenização por perdas e danos, André deve provar preexistência do defeito e que Bernardo tinha conhecimento dele, nos termos do art. 443 do Código Civil: “Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, tão-somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato”.

QUESTÃO 41. Mariana e Lucas estão casados há mais de 10 anos em regime da comunhão parcial de bens. Recentemente, Mariana descobriu que Lucas vem mantendo uma relação extraconjugal com uma vizinha. A descoberta abalou profundamente o casamento, e Mariana pediu o divórcio.

Considerando a quebra do dever de fidelidade, Mariana alega que Lucas perdeu o direito sobre todos os bens do casal, ou seja, ela entende que, apesar do regime de comunhão parcial de bens, o patrimônio construído ao longo do casamento não deverá ser partilhado.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) O adultério traduz-se em violação do dever de recíproca fidelidade no casamento. Assim, em razão da traição de Lucas, Mariana tem direito à indenização correspondente a parte dos bens do casal.

b) A discussão de culpa e culpados para o divórcio não é mais necessária e, por isso, a divisão de bens deve seguir as regras do regime escolhido no casamento.

c) O adultério é uma das mais graves infrações dos deveres conjugais e tem, como consequência, a perda do direito à meação.

d) O adultério não interfere na partilha de bens do casal, mas tão somente no convívio do pai adúltero com os filhos menores de idade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois a traição de Lucas não gera automaticamente o direito à indenização correspondente a parte dos bens do casal. De acordo com Cristiano Chaves: “A aplicação das regras da Responsabilidade Civil na seara familiar, portanto, dependerá da ocorrência de um ato ilícito, devidamente

comprovado. A simples violação de um dever decorrente de norma de família não é idônea, por si só, para a reparação de um eventual dano. Assim, a prática de adultério, isoladamente, não é suficiente para gerar dano moral indenizável”. Cumpre destacar que a primeira parte da alternativa está correta, nos termos do art. 1.566, I, do Código Civil: “São deveres de ambos os cônjuges: I - fidelidade recíproca”.

A alternativa B está correta. De acordo com Cristiano Chaves: “Com a Emenda Constitucional n. 66/10, afasta-se a possibilidade de discussão de culpa (e de qualquer causa, objetiva ou subjetiva, pela dissolução nupcial), na medida em que o casamento somente pode ser dissolvido pelo divórcio e, em sede divorcista, não se pode tratar de culpa”. No mesmo sentido, Maria Berenice Dias afirma que: “Não há mais identificação de causas, a imposição de culpas ou a espera do decurso de prazos. Ao se excluir a culpa, doa-se à pessoa a possibilidade de extinguir seu casamento de maneira digna, conferindo também uma oportunidade para o exercício pleno de cidadania” (DIAS, Maria Berenice. Divórcio já, op. cit., p. 51). Portanto, a divisão de bens deve seguir as regras do regime escolhido no casamento, qual seja, o regime de comunhão parcial de bens previsto nos arts. 1.658 a 1.666 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. De fato, o adultério é uma das infrações dos deveres conjugais, nos termos do art. 1.566, I, do Código Civil: “São deveres de ambos os cônjuges: I - fidelidade recíproca”. Contudo, não há previsão legal quanto à consequência de perda do direito à meação.

A alternativa D está incorreta, pois o adultério não interfere no convívio do pai adúltero com os filhos menores de idade. De acordo com o art. 1.579 do Código Civil: “O divórcio não modificará os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos”.

QUESTÃO 42. Joaquim estava jantando com sua família em um restaurante, quando percebeu que sua filha tinha iniciado um quadro alérgico, apresentando dificuldades respiratórias, que a colocavam em grave risco de morte.

Em frente ao restaurante, havia uma clínica médica, onde buscaram atendimento. O médico de plantão, aproveitando-se da situação de urgência, exigiu pagamento antecipado de valor exorbitante – muito acima do cobrado regularmente por ele ou pelo mercado para esse tipo de atendimento.

Joaquim, em desespero, anuiu com o pagamento desproporcional. Entretanto, depois do susto, consultou você, como advogado(a). Após inteirar-se do caso, você afirmou ao seu cliente que o negócio jurídico celebrado entre ele e o médico padecia de um defeito.

Assinale a opção que o indica.

- a) Dolo, com prazo decadencial de seis meses.**
- b) Lesão, com prazo decadencial de dois anos.**
- c) Estado de perigo, com prazo decadencial de quatro anos.**
- d) Estado de necessidade, sem prazo decadencial.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois a situação narrada não caracteriza dolo. De acordo com a doutrina, o dolo é todo e qualquer artifício empregado por uma das partes, ou por terceiro, com o fito de induzir outrem à prática de um ato, o que não ocorreu no caso hipotético. Além disso, a segunda parte da alternativa também está incorreta, pois o prazo decadencial é de 4 (quatro) anos, nos termos do art. 178, II, do Código Civil: “Art. 178. É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado: II - no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico”.

A alternativa B está incorreta. No caso narrado, afasta-se a lesão, pois a circunstância fática da necessidade de Joaquim salvar a sua filha de grave risco de morte constitui requisito do estado de perigo. Acerca da lesão, dispõe o art. 157 do Código Civil que: “Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta”. De acordo com Cristiano Chaves: “observa-se que o elemento subjetivo do estado de perigo é muito parecido com o da lesão. Todavia, a diferença é explicável facilmente. Veja-se que no estado de perigo há uma situação de inferioridade da vítima, que é caracterizada pela necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano, enquanto na lesão pode assumir feições diversas, como a inexperiência”. Além disso, a segunda parte da alternativa também está incorreta, pois o prazo decadencial é de 4 (quatro) anos, nos termos do art. 178, II, do Código Civil: “Art. 178. É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado: II - no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico”.

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 156, caput, do Código Civil: “Art. 156. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa”.

No caso hipotético, está caracterizado o estado de perigo em virtude da presença de seus elementos caracterizadores:

(i) existência de grave dano atual (ou iminente): Joaquim estava jantando com sua família em um restaurante, quando sua filha iniciou um quadro alérgico, apresentando dificuldades respiratórias, que a colocavam em grave risco de morte.

(ii) que o perigo seja a causa determinante da declaração: Em frente ao restaurante, havia uma clínica médica, onde buscaram atendimento. Joaquim, em desespero, anuiu com o pagamento desproporcional.

(iii) o conhecimento do perigo pela outra parte: O médico de plantão, aproveitando-se da situação de urgência, exigiu pagamento antecipado de valor exorbitante.

(iv) a existência de obrigação onerosa excessivamente: O médico de plantão, aproveitando-se da situação de urgência, exigiu pagamento antecipado de valor exorbitante – muito acima do cobrado regularmente por ele ou pelo mercado para esse tipo de atendimento.

(v) a intenção do declarante de salvar a si ou a pessoa de sua família ou a terceiro: a filha de Joaquim iniciou um quadro alérgico, apresentando dificuldades respiratórias, que a colocavam em grave risco de morte, razão pela qual, Joaquim, em desespero, anuiu com o pagamento desproporcional.

A alternativa D está incorreta, pois o caso não traz uma narrativa acerca de estado de necessidade. De acordo com Cristiano Chaves: “O estado de necessidade, por sua vez, consiste na agressão de um bem jurídico pertencente a outrem para eliminar um perigo atual ou iminente causado injustamente ao agente. São, portanto, elementos do estado de necessidade: (i) perigo atual ou iminente; (ii) causado por outrem; (iii) inevitabilidade de conduta diversa; (iv) preservação de um direito próprio, existencial ou patrimonial; (v) inexistência de dever jurídico de enfrentar o perigo”.

QUESTÃO 43. Rafael e Marta se casaram. Rafael tem dois filhos do relacionamento anterior, ambas crianças com idade inferior a 5 anos. A genitora das crianças teve decretada a perda do poder familiar em processo regular, com trânsito em julgado.

Marta, então, em processo igualmente regular, adota os filhos de Rafael, passando em juízo também a decisão que lhe conferiu a maternidade.

Marta e Rafael não conseguem manter um relacionamento saudável em razão do comportamento agressivo de Rafael, e por isso, depois de alguns anos, eles se divorciam. No curso do processo, Marta

demonstrou a impossibilidade da guarda compartilhada e obteve, judicialmente, a fixação da guarda unilateral das crianças, com direito a convívio semanal deferido a Rafael.

Indignado, Rafael procura sua orientação como advogado(a), sob o argumento de que a adoção deve ser desfeita ou, ao menos, considerada sua paternidade biológica para fins de guarda.

a) A guarda unilateral do adotante é inadmitida em casos de adoção, devendo ser pretendida a revisão da decisão para fixação da guarda compartilhada.

b) A adoção deve ser anulada judicialmente em caso de divórcio, pois este significa a quebra do vínculo que deu origem à filiação por adoção retornando a guarda, bem como todo o poder familiar ao genitor biológico.

c) Ainda que a adoção seja indissolúvel, o vínculo biológico deve, de fato, ter precedência sobre a filiação originada pela adoção para fins de definição da guarda.

d) A adoção atribui a condição plena de filho ao adotado e em caso de adoção, sendo completamente irrelevante essa origem para o fato de determinante influenciador do modelo de guarda.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema adoção.

A alternativa A está incorreta. Esta afirmação é incorreta porque a lei não faz essa distinção em casos de adoção. A guarda, seja ela unilateral ou compartilhada, será determinada com base no melhor interesse da criança ou do adolescente, independentemente de eles serem filhos biológicos ou adotivos.

A alternativa B está incorreta. Esta opção é incorreta porque a adoção, conforme o artigo 41, parágrafo 1º do ECA, é irrevogável, não podendo ser desfeita por motivo de divórcio dos pais adotivos. A adoção cria um vínculo permanente e indissolúvel de filiação, que não é afetado pela dissolução do casamento ou da união estável.

A alternativa C está incorreta. Esta afirmação é incorreta porque a adoção confere ao adotado a condição plena de filho, sem distinções em relação aos filhos biológicos. Portanto, o vínculo biológico não tem precedência sobre a filiação adotiva para fins de definição da guarda, que deve ser baseada exclusivamente no que atenda ao melhor interesse da criança ou adolescente.

A alternativa D está correta. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 41, parágrafo 1º, estabelece que a adoção é irrevogável, atribuindo ao adotado a condição plena de filho. Isto significa que, uma vez consumada a adoção, não há distinção entre filhos biológicos e adotivos para nenhum efeito, incluindo a definição da guarda em caso de dissolução do casamento ou união estável dos pais. Assim, a origem biológica ou adotiva da filiação não influencia a decisão sobre a guarda, que deve ser determinada com base no melhor interesse da criança, independentemente do vínculo genético.

QUESTÃO 44. Rafael, de 16 anos, foi apreendido após invadir uma loja de cosméticos e, mediante o emprego de arma de fogo, subtrair os pertences da caixa. Devidamente processado, o juízo da infância aplicou a medida de semiliberdade ao adolescente, tendo ocorrido o trânsito em julgado.

Depois de dois meses de cumprimento da medida, Laura, mãe de Rafael, procura você, como advogado(a), buscando sua orientação acerca da possibilidade de o adolescente realizar atividades externas, considerando que foi inaugurado estabelecimento que oferece diversos cursos profissionalizantes em local próximo à unidade socioeducativa.

Sobre o caso narrado, levando em conta o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a orientação que, corretamente, você deverá lhe retornar.

a) No regime de semiliberdade é possível realizar atividades externas, desde que haja autorização do juízo competente para a execução da medida socioeducativa.

b) A semiliberdade só admite atividades externas após um ano de cumprimento da medida. Dessa forma, por ora, Rafael não poderá se incluir no curso profissionalizante almejado.

c) É possível que Rafael realize atividades externas, independentemente de autorização judicial.

d) Durante a semiliberdade é inviável a realização de atividades externas, pois elas são cabíveis apenas nas medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema medidas socioeducativas.

A alternativa A está incorreta. Esta opção é incorreta porque, conforme o artigo 120 do ECA, a realização de atividades externas por adolescentes em regime de semiliberdade não depende de autorização judicial. A possibilidade de realizar tais atividades faz parte da própria definição da medida de semiliberdade.

A alternativa B está incorreta. Esta afirmação é incorreta porque o ECA não estabelece um período mínimo de cumprimento da medida de semiliberdade para que o adolescente possa realizar atividades externas. A reintegração do adolescente ao convívio social, por meio de atividades externas, é um dos objetivos desde o início do cumprimento da medida.

A alternativa C está correta. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especificamente o artigo 120, a medida socioeducativa de semiliberdade permite a realização de atividades externas sem a necessidade de autorização judicial prévia. Essa disposição visa facilitar a reintegração do adolescente ao convívio social, permitindo-lhe participar de cursos, trabalhos e outras atividades que contribuam para seu desenvolvimento pessoal e profissional. Assim, o regime de semiliberdade é projetado para combinar a restrição de liberdade com a possibilidade de realização de atividades externas, como parte do processo socioeducativo.

A alternativa D está incorreta. Esta opção é incorreta porque contradiz expressamente o disposto no artigo 120 do ECA. A medida de semiliberdade é justamente caracterizada pela possibilidade de realização de atividades externas como parte essencial do processo socioeducativo, diferentemente do que é afirmado nesta alternativa.

QUESTÃO 45. Carlos, um consumidor, celebrou um contrato de adesão para aquisição de um pacote turístico. Ao ler atentamente o contrato, Carlos identificou uma cláusula que determinava que ele não poderia requerer indenização à empresa em caso de eventuais prejuízos decorrentes de cancelamentos por causas naturais. Preocupado, Carlos procura você, como advogado (a), para buscar amparo legal e entender a validade da cláusula em questão. Diante disso, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua orientação.

a) A cláusula é válida, porque o Art. 51 do CDC possui um rol exemplificativo de cláusulas abusivas, e essa cláusula específica não está listada entre as proibidas.

b) A cláusula é inválida, porque o Art. 51 do CDC possui um rol taxativo de cláusulas abusivas, e essa cláusula não está listada entre as permitidas.

c) A cláusula é válida, porque o Art. 51 do CDC, que possui um rol de cláusulas abusivas, não se aplica aos contratos de adesão.

d) A cláusula é inválida, porque o Art. 51 do CDC apresenta um rol exemplificativo de cláusulas abusivas, mesmo que não listadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, porque, se o rol do art. 51 do CDC é exemplificativo, este importa em um conceito aberto, podendo ser incluídas outras não previstas originalmente pelo legislador, mas que ofendam os princípios e sistema de proteção dos direitos dos consumidores, já que em seu *caput*, utiliza da fórmula "dentre outras". Veja-se o texto legal: "São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: [...]".

A alternativa B está incorreta, porque afirma que o rol do art. 51 do CDC é taxativo, quando, na verdade, é exemplificativo.

A alternativa C está incorreta, porque os contratos de adesão possuem proteção, inclusive, mais ampliada que os contratos de consumo comum, tendo essa classificação, tão somente, porque seu conteúdo substancial ou foi definido pela autoridade competente ou unilateralmente pelo fornecedor, a teor do previsto no art. 54, *caput*, do CDC: "Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo".

A alternativa D está correta, pois, o art. 51 do CDC traz um rol meramente exemplificativo de cláusulas abusivas. Ademais, mesmo que se trate de causas naturais como, por exemplo, a ocorrência de chuvas, os ônus do cancelamento da viagem devem ser suportados integralmente pelo fornecedor, com a aplicação da teoria do risco do empreendimento, devendo ser integralmente devolvidos os valores já pagos ao consumidor, o qual não deu causa ao evento natural. Nesse sentido: "o cancelamento de pacote turístico contratado constitui risco do empreendimento desenvolvido por qualquer agência de turismo, não podendo esta pretender a transferência integral do ônus decorrente de sua atividade empresarial a eventuais consumidores" (REsp 1.321.655, Terceira Turma).

QUESTÃO 46. Você, como advogado(a), foi procurado(a) pela senhora Magda para orientá-la quanto às dificuldades de atendimento de suas demandas no Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) da operadora do plano de saúde a que ela aderiu a partir do mês de novembro de 2022. A consulente narrou a você que não consegue contato telefônico nos finais de semana, pois o atendimento se encerra às 22h de sexta-feira e só é retomado a partir de 6h de segunda-feira e não há outro canal de atendimento no período indicado para o registro de demandas. Por fim, durante o tempo de espera para atendimento, a operadora veicula várias mensagens de caráter informativo sobre os procedimentos para fruição de direitos dos clientes e acesso à rede referenciada e mensagens publicitárias de seus patrocinadores. Com base na narrativa e nas determinações legais para atendimento de demandas no SAC, assinale a afirmativa correta:

a) Os fatos narrados pela consulente não constituem infração, podendo ser interrompido o atendimento em certos horários; é possível veicular mensagens informativas antes do atendimento, vedadas as mensagens publicitárias de seus patrocinadores.

b) A operadora do plano de saúde pode interromper o atendimento ao consumidor em horários previamente determinados e divulgados, bem como apenas pode veicular mensagens de caráter informativo e publicitárias de seus próprios produtos e serviços.

c) É defeso à operadora do plano de saúde interromper o atendimento ao consumidor, mas está autorizada a veicular mensagens informativas desde que tratem dos direitos e deveres dos consumidores.

d) Os fatos narrados pela consulente revelam que a operadora do plano de saúde não cometeu infração administrativa, pois não é obrigatório disponibilizar outros canais de acesso ao SAC além do atendimento telefônico, sendo possível veicular mensagens antes do atendimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, porque o serviço de atendimento ao consumidor é ininterrupto, na forma do art. 4º, *caput*, do Decreto 11.034/2022: "O acesso ao SAC estará disponível, ininterruptamente, durante vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana."

A alternativa B está incorreta, porque o serviço de atendimento ao consumidor é ininterrupto; além do mais, é vedada a veiculação de mensagens publicitárias durante o tempo de espera do atendimento, conforme o previsto no §5º, do art. 4º, do Decreto 11.034/2022: "É vedada a veiculação de mensagens publicitárias durante o tempo de espera para o atendimento, exceto se houver consentimento prévio do consumidor."

A alternativa C está correta, porque o serviço de atendimento ao consumidor deve ser ininterrupto; por outro lado está autorizada a veicular mensagens informativas durante ao tempo de espera ao atendimento do consumidor, mas desde que referentes aos direitos e deveres dos consumidores, conforme §6º, do art. 4º, do Decreto 11.034/2022: "Sem prejuízo do disposto no §5º, é admitida a veiculação de mensagens de caráter informativo durante o tempo de espera, desde que tratem dos direitos e deveres dos consumidores ou dos outros canais de atendimento disponíveis."

A alternativa D está incorreta, porque a operadora do plano de saúde cometeu infração administrativa, já que é obrigatório disponibilizar outros canais de acesso ao SAC além do atendimento telefônico, sendo este o meio obrigatório, conforme art. 4º, §2º, do Decreto 11.034/2022: "O acesso ao SAC prestado por atendimento telefônico será obrigatório, nos termos do disposto no art. 5º." No mesmo sentido, o art. 12, *caput*, do referido decreto: "É direito do consumidor acompanhar, nos diversos canais de atendimento integrados, todas as suas demandas, por meio de registro numérico ou outro tipo de procedimento eletrônico." E, por fim, destacando o caráter de infração administrativa do descumprimento das regras do serviço de atendimento ao consumidor, veja-se o texto do art. 16 do referido decreto: "A inobservância ao disposto neste Decreto acarretará a aplicação das sanções estabelecidas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da aplicação das sanções constantes dos regulamentos específicos dos órgãos e das entidades reguladoras."

Todavia, o Decreto 11.034/2022, que regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor não foi elencado entre os itens passíveis de cobrança no edital do Exame de Ordem.

Sabe-se que o edital do Exame não dispõe expressamente o conteúdo programático que deve ser examinado na prova, constando apenas do item 3.4.1 que "a prova objetiva, sem consulta, será composta de 80 (oitenta) questões, no valor de 1,00 (um) ponto cada, e terá sua pontuação total variando do mínimo de 0,00 (zero) ao máximo de 80,00 (oitenta) pontos, compreendendo os conteúdos previstos nas disciplinas do Eixo de Formação Profissional, de Direitos Humanos, de Filosofia do Direito, do Estatuto da Advocacia e da OAB e seu Regulamento Geral e do Código de Ética e Disciplina, nos termos do § 3º do art. 11 no Provimento 144, de 13 de junho de 2011, e suas alterações posteriores constantes do Provimento 156, de 1º de novembro de 2013, do Conselho Federal da OAB, observando, sempre que possível, a interdisciplinariedade."

No entanto, quando se trata da segunda fase, na prova prático-profissional, os temas passíveis de cobrança são dispostos expressamente no edital. E, inserido no conteúdo de Direito Civil, há somente a disciplina da Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, no item 24. Vejamos:

► DIREITO CIVIL:

1. Direito Civil e Constituição da República Federativa do Brasil. 2. Pessoa natural e Direitos da personalidade. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei 13.709/2018). 3. Pessoa jurídica. Domicílio. 4. Bens. 5. Fatos, Atos e Negócios Jurídicos: formação, validade, eficácia e elementos. Atos Ilícitos. 6. Prescrição e Decadência. Prova. 7. Teoria Geral das Obrigações. 8. Atos Unilaterais. 9. Teoria do Contrato. 10. Contratos em espécie. 11. Teoria da Responsabilidade civil. 12. Modalidades de Responsabilidade civil e reparação. 13. Posse. 14. Direitos. Reais 15. Casamento, União Estável. 16. Dissolução do Casamento e da União Estável. 17. Parentesco. Monoparentalidade. Multiparentalidade. 18. Poder Familiar. 19. Regimes de Bens e outros Direitos Patrimoniais nas relações familiares. 20. Alimentos. 21. Sucessão em Geral. Sucessão legítima. Do inventário e Partilha. 22. Sucessão testamentária e disposições de última vontade. 23. Leis Cíveis Especiais. 24. Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

Desse modo, a banca examinadora, em nenhuma previsão editalícia expressa a possibilidade de cobrança do Decreto 11.034/2022, ou qualquer outro tema estranho ao conteúdo do CDC. Caso a FGV pretenda exigir conhecimento além do Código de Defesa do Consumidor, é evidente a necessidade de informar quais serão esses conhecimentos aos candidatos, assim como o faz nas provas de concurso público que elabora.

A inclusão de temas não exigidos em edital afronta o princípio da publicidade, visto que a Administração, na formulação das questões de prova de concurso público, vincula-se às regras estabelecidas no instrumento convocatório.

Por todo o exposto, tendo em vista que o conhecimento exigido para sua resolução não constava e nem poderia ser aferido do edital, a questão 46 deverá ser anulada.

QUESTÃO 47. A partir de 2022, a possibilidade de o local de exercício da atividade empresarial ser virtual passou a ser reconhecido no Código Civil.

A respeito desse tema, assinale a afirmativa correta.

a) Se o empresário ou a sociedade empresária exercer a empresa em local virtual, tal local é denominado pelo Código Civil de "estabelecimento virtual", com o mesmo significado jurídico de estabelecimento.

b) Ao contrário do local físico de exercício da empresa, se ele for virtual, a fixação do horário de funcionamento competirá ao Município, observada a regra geral de qualquer horário ou dia da semana, inclusive feriados.

c) Quando o local em que se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser, conforme o caso, o endereço do empresário individual ou o de um dos sócios da sociedade empresária.

d) A escolha do local virtual de exercício da empresa impõe ao empresário ou ao administrador da sociedade empresária o dever de comunicar sua alteração à Junta Comercial nos 15 (quinze) dias seguintes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o tema atividade empresarial virtual.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o art. 1.142, § 1º do Código Civil, que dispõe que o estabelecimento não se confunde com o local onde é exercida a atividade empresarial, vejamos: "Art. 1.142. Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária. (Vide Lei nº 14.195, de 2021) § 1º O estabelecimento não se

confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual. (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)".

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o Código Civil, caso o estabelecimento empresarial onde se exerça a atividade seja físico, a fixação do horário de funcionamento competirá ao Município, vejamos: "Art. 1.142. Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária. (Vide Lei nº 14.195, de 2021) (...) § 3º Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for físico, a fixação do horário de funcionamento competirá ao Município, observada a regra geral prevista no inciso II do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)"

A alternativa C está correta, pois é a literalidade do art. 1.142 do Código Civil, que trata da atividade empresarial virtual, vejamos: "Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária. (Vide Lei nº 14.195, de 2021) (...) § 2º Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for virtual, o endereço informado para fins de registro poderá ser, conforme o caso, o endereço do empresário individual ou o de um dos sócios da sociedade empresária. (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)".

A alternativa D está incorreta, pois não há tal determinação legal no que diz respeito à escolha do local virtual de exercício da empresa. A obrigação de informar a alteração do endereço físico ocorrerá no caso do Decreto-lei 5.844/1943, que em seu artigo 195 determina sua realização, no prazo de 30 dias, às repartições competentes, o que não é o caso em tela.

QUESTÃO 48. Quatro pessoas naturais constituíram uma sociedade para exploração de prestação de serviços de entrega domiciliar, mas não se preocuparam em arquivar o documento particular de constituição em qualquer registro.

Considerando a situação dessa sociedade e as disposições aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

- a) Ela se rege pelas normas da sociedade em comum e, subsidiariamente, no que forem compatíveis, pelas normas da sociedade simples.**
- b) Ela se rege pelas normas da sociedade em conta de participação e, subsidiariamente e no que forem compatíveis, pelas normas das sociedades por ações.**
- c) Ela se rege pelas normas da sociedade simples e, subsidiariamente e no que forem compatíveis, pelas normas da sociedade cooperativa.**
- d) Ela se rege pelas normas da companhia e, subsidiariamente e no que forem compatíveis, pelas normas da sociedade limitada.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda as normas que regem as sociedades em comum.

A alternativa A está correta, pois o Código Civil, ao tratar das sociedades não personificadas, determina que estas seguirão as normas das sociedades comuns e, subsidiariamente, pelas normas das sociedades simples. Vejamos: "Art. 986. Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto neste Capítulo, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade simples."

A alternativa B está incorreta, pois contraria o Código Civil, que determina que tal sociedade se rege pelas normas da sociedade em comum, e, subsidiariamente, pelas normas da sociedade simples. Veja: "Art. 986. Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelo

disposto neste Capítulo, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade simples."

A alternativa C está incorreta, pois contraria o Código Civil, que determina que tal sociedade se rege pelas normas da sociedade em comum, e, subsidiariamente, pelas normas da sociedade simples. Veja: "Art. 986. Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto neste Capítulo, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade simples."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, consoante o Código Civil, tal sociedade se rege pelas normas da sociedade em comum, e, subsidiariamente, pelas normas da sociedade simples. Vejamos: "Art. 986. Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto neste Capítulo, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade simples."

QUESTÃO 49. Os cientistas Pio Alves e Cardoso Moreira desenvolveram dois produtos que reúnem os requisitos de patenteabilidade e reivindicaram a autoria perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O primeiro recebeu registro de patente na categoria de invenção e, o segundo, a patente na categoria de modelo de utilidade.

Assinale a opção que indica o privilégio de exploração que as patentes assegurarão aos autores.

a) Temporário, para ambos.

b) Vitalício, para ambos.

c) Perpétuo, até a terceira geração de descendentes dos autores.

d) Temporário, para Pio Alves, autor da invenção, e vitalício para Cardoso Moreira, autor do modelo de utilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda o tema do registro de patentes.

A alternativa A está correta, pois, no que diz respeito à vigência das patentes, a Lei nº 9.279 traz que sua duração será temporária, tanto no que diz respeito à patente de invenção, como na patente de modelo de utilidade, veja: "Art. 40. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito."

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Lei nº 9.279, que traz a vigência temporária para as patentes de invenção e de modelo de utilidade, veja: "Art. 40. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito."

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Lei nº 9.279, que traz a vigência temporária para as patentes de invenção e de patente de modelo de utilidade, veja: "Art. 40. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito."

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Lei nº 9.279, que traz a vigência temporária para as patentes de invenção e de patente de modelo de utilidade, veja: "Art. 40. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito."

QUESTÃO 50. O juiz da falência da sociedade empresária Refrigeração Abaíra Ltda. determinou que o administrador judicial ficasse responsável pela guarda dos bens arrecadados. O administrador judicial, entretanto, apresentou justificativas que o impossibilitavam de assumir tal encargo.

Foi proposto ao juiz que os bens situados fora do estabelecimento da falida ficassem sob a guarda do Sr. Belmonte, conhecido empresário na Comarca, e sob a responsabilidade do administrador judicial. Para os bens situados dentro do estabelecimento, inclusive o próprio imóvel, propôs o administrador judicial que a Sra. América Dourada, ex-administradora da sociedade e representante da falida no processo, fosse nomeada depositária dos bens.

Sobre a proposta do administrador judicial, assinale a afirmativa correta.

- a) É ilícita, porque é uma atribuição legal e personalíssima do administrador judicial ter os bens arrecadados do falido sob sua guarda.
- b) Deve ser acatada, pois é permitido que os bens arrecadados fiquem sob a guarda da pessoa por ele escolhida e sob sua responsabilidade, podendo também qualquer dos representantes do falido ser nomeado depositário dos bens.
- c) Deve ser rejeitada, ante a vedação legal que o falido ou qualquer de seus representantes seja nomeado depositário de quaisquer bens.
- d) Deve ser aceita somente se os depositários indicados - Sr. Belmonte e Sra. América Dourada - prestarem caução antes de serem imitados na posse dos bens.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda a guarda dos bens no processo falimentar.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Lei 11.101, que em seu art. 108, § 1º, estabelece que os bens arrecadados pelo administrador judicial poderão ficar sob a guarda de pessoa por ele escolhida. Veja: "Art. 108. Ato contínuo à assinatura do termo de compromisso, o administrador judicial efetuará a arrecadação dos bens e documentos e a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem, requerendo ao juiz, para esses fins, as medidas necessárias. § 1º Os bens arrecadados ficarão sob a guarda do administrador judicial ou de pessoa por ele escolhida, sob responsabilidade daquele, podendo o falido ou qualquer de seus representantes ser nomeado depositário dos bens."

A alternativa B está correta, pois conforme a Lei 11.101, em seu art. 108, os bens arrecadados pelo administrador judicial poderão ficar sob a guarda de pessoa por ele escolhida. Veja: "Art. 108. Ato contínuo à assinatura do termo de compromisso, o administrador judicial efetuará a arrecadação dos bens e documentos e a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem, requerendo ao juiz, para esses fins, as medidas necessárias. § 1º Os bens arrecadados ficarão sob a guarda do administrador judicial ou de pessoa por ele escolhida, sob responsabilidade daquele, podendo o falido ou qualquer de seus representantes ser nomeado depositário dos bens."

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Lei 11.101, que em seu art. 108, § 1º, estabelece que os bens arrecadados pelo administrador judicial poderão ficar sob a guarda de pessoa por ele escolhida. Veja: "Art. 108. Ato contínuo à assinatura do termo de compromisso, o administrador judicial efetuará a arrecadação dos bens e documentos e a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem, requerendo ao juiz, para esses fins, as medidas necessárias. § 1º Os bens arrecadados ficarão sob a guarda do administrador judicial ou de pessoa por ele escolhida, sob responsabilidade daquele, podendo o falido ou qualquer de seus representantes ser nomeado depositário dos bens."

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Lei 11.101, que em seu art. 108, § 1º, estabelece que os bens arrecadados pelo administrador judicial poderão ficar sob a guarda de pessoa por ele escolhida. Veja: "Art.

108. Ato contínuo à assinatura do termo de compromisso, o administrador judicial efetuará a arrecadação dos bens e documentos e a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem, requerendo ao juiz, para esses fins, as medidas necessárias. § 1º Os bens arrecadados ficarão sob a guarda do administrador judicial ou de pessoa por ele escolhida, sob responsabilidade daquele, podendo o falido ou qualquer de seus representantes ser nomeado depositário dos bens."

QUESTÃO 51. Aline recebeu uma proposta de investimento de Gizé Ltda., instituição que atua no mercado financeiro, que lhe garantiria um retorno fixo mensal de 10% ao mês sobre o capital investido. Credo tratar-se de um ótimo negócio, Aline transferiu R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a conta da Gizé Ltda., que passou a lhe apresentar extratos mensais, apontando um suposto crescimento do capital.

Entretanto, alguns meses depois, foi divulgado em um importante veículo de comunicação que a Gizé Ltda. estava sendo investigada pela prática de pirâmide financeira. Muito nervosa, Aline tentou contato telefônico com a instituição, sem sucesso. Depois de inúmeros e-mails, Aline decidiu ir ao estabelecimento onde funcionava a Gizé Ltda., mas encontrou o imóvel abandonado.

Constatando tratar-se de um golpe, Aline, por meio de advogado(a), decidiu ajuizar pedido de tutela cautelar em caráter antecedente, com o objetivo de efetivar o arresto de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), antes de formular o pedido principal, de rescisão do contrato, com devolução do valor depositado, cobrança dos rendimentos contratados e indenização pelos danos morais sofridos.

Sobre essa modalidade de tutela provisória, assinale a afirmativa correta.

a) Sendo deferida a tutela cautelar antecedente requerida por Aline, ela deverá ser efetivada no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de perda da eficácia da tutela cautelar concedida.

b) Sendo efetivada a tutela cautelar antecedente requerida por Aline, o pedido principal deverá ser formulado no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de perda da eficácia da tutela cautelar concedida.

c) Se o pedido principal formulado por Aline for julgado improcedente, haverá a perda da eficácia da tutela cautelar concedida.

d) Se houver a perda da eficácia da tutela cautelar antecedente, tal pedido poderá ser renovado posteriormente, com base nos mesmos fundamentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata das tutelas cautelares no processo civil.

A alternativa A está incorreta, pois, na verdade, o prazo para a efetivação da tutela cautelar antecedente é de 30 dias. Isso está expresso no seguinte dispositivo do CPC: "Art. 309. Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se: [...] II - não for efetivada dentro de 30 (trinta) dias".

A alternativa B está incorreta. Uma vez efetivada a tutela cautelar, a parte autora possui o prazo de 30 dias para realizar a formulação do pedido principal, sob pena de perda de eficácia da medida em questão. Isso pode ser encontrado no art. 308 do CPC: "Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais".

A alternativa C está correta. A tutela cautelar, também denominada de "conservativa", tem o intuito específico de garantir o resultado útil do processo. No caso específico do enunciado, ela foi utilizada para impedir que o devedor alienasse todos os seus bens e, assim, frustrasse a efetividade de um eventual e futuro cumprimento de sentença ajuizado pela parte autora. Em razão disso, é natural que a tutela cautelar concedida (nesse caso, o arresto) só perdure enquanto o pedido principal não seja julgado, e, se houver o

seu julgamento de improcedência, a referida tutela irá perder a sua eficácia. Esse regramento está exposto no seguinte dispositivo do CPC: “Art. 309. Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente, se: [...] III - o juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor ou extinguir o processo sem resolução de mérito”.

A alternativa D está incorreta. Ocorrendo a perda da eficácia da tutela cautelar antecedente, o pedido poderá vir a ser renovado pela própria parte, mas desde que isso seja feito com base em um fundamento novo, como prevê o parágrafo único do art. 309 do CPC: “Se por qualquer motivo cessar a eficácia da tutela cautelar, é vedado à parte renovar o pedido, salvo sob novo fundamento”.

QUESTÃO 52. Júlio, advogado ainda inexperiente, preocupado com a possibilidade de perder o prazo para oferecer contestação em favor de Roberta, sua cliente que está viajando, indaga a você se ele deve esperar o retorno de Roberta, que esqueceu de fornecer procuração.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa que, corretamente, apresenta sua orientação.

a) Júlio pode oferecer contestação, independentemente de procuração, desde que junte o instrumento aos autos no prazo de 15 dias, a fim de evitar preclusão.

b) Júlio pode oferecer contestação, independentemente de instrumento de mandato, apenas se a parte contrária concordar.

c) Júlio deve aguardar o retorno de Roberta, tendo em vista que o advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração.

d) Júlio, caso os direitos tratados em juízo sejam disponíveis, pode oferecer contestação mesmo que desacompanhada de procuração e, caso os mencionados direitos estejam indisponíveis, ele deve aguardar o retorno de Roberta, tendo em vista que, nesse caso, o advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata do instrumento de procuração no processo civil.

A alternativa A está correta. Como regra, o advogado não poderá realizar postulação em juízo sem a apresentação do instrumento de procuração, pois, nesse caso, a sua capacidade postulatória não estará devidamente comprovada. Todavia, essa regra não é absoluta, tendo em vista que a própria legislação admite que o advogado, mesmo sem o instrumento de procuração, atue em juízo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou, ainda, para praticar um ato considerado urgente. Nessas situações, ele deverá apresentar a procuração no prazo de 15 dias, o qual ainda poderá ser prorrogado pelo magistrado da causa.

Todo esse regramento está inserido no próprio CPC, como se vê dos dispositivos a seguir: “Art. 104. O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente. §1º Nas hipóteses previstas no *caput*, o advogado deverá, independentemente de caução, exibir a procuração no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período por despacho do juiz”.

Portanto, considerando que, no caso concreto apresentado pelo enunciado, existia a possibilidade de ocorrência de preclusão, o advogado em questão estava autorizado a atuar em nome da sua cliente mesmo sem contar com um instrumento de procuração outorgado em seu favor. Nessa situação, ele deverá apresentar a procuração posteriormente, dentro do prazo de 15 dias, salvo prorrogação por igual período pelo juiz.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 53. Na qualidade de servidor público estadual, Marcos ajuizou ação pelo procedimento comum contra o Estado de Minas Gerais, buscando obter o pagamento de determinada verba remuneratória que lhe teria sido suprimida de forma administrativa, em contrariedade ao que dispõe a lei.

Depois da citação do Estado de Minas Gerais e do regular curso do feito, o juiz responsável pela tramitação da ação julgou procedente o pedido formulado por Marcos, condenando o ente estatal ao pagamento da verba remuneratória. Na sequência, o cartório da serventia do juízo procedeu à intimação eletrônica das partes acerca da sentença, visto tratar-se de processo eletrônico.

Sobre a situação hipotética descrita, assinale a afirmativa correta.

a) O prazo de que disporá o Estado de Minas Gerais para a interposição de eventual recurso de apelação será de 15 (quinze) dias úteis, contados do dia útil seguinte à consulta ao teor da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, dado que a intimação da sentença ocorreu de forma eletrônica, não devendo o prazo ser contado em dobro.

b) O Estado de Minas Gerais poderá alegar a nulidade da intimação, visto não ser lícita a utilização de meio eletrônico para a comunicação de atos processuais, sendo imprescindível a intimação pessoal do ente estatal, que somente se pode dar por carga ou remessa dos autos.

c) Caso o Estado de Minas Gerais tivesse interposto apelação antes de intimado eletronicamente da sentença, o recurso haveria de ser considerado intempestivo, por ter sido apresentado antes do termo inicial do prazo.

d) Caso vislumbre omissão, contradição, obscuridade ou erro material na sentença, o Estado de Minas Gerais poderá opor embargos de declaração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, considerando, como início do prazo, o dia útil seguinte à consulta ao teor da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, dado que gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata dos recursos no processo civil.

A alternativa A está incorreta. Em regra, o prazo para a apresentação do recurso de apelação é de 15 dias úteis (art. 1.003, §5º, CPC), logo, o Estado de Minas Gerais fará jus ao prazo de 30 dias úteis, tendo em vista que, por disposição expressa da legislação processual civil, os entes federativos e as demais pessoas jurídicas de direito público possuem prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais (art. 183, *caput*, CPC). Destaque-se que essa regra é aplicável de maneira indistinta ao processo físico e ao processo eletrônico, razão pela qual a alternativa em questão está incorreta.

A alternativa B está incorreta. Os entes públicos possuem, de fato, a prerrogativa de intimação pessoal, mas essa intimação não precisa ser efetuada exclusivamente por carga ou remessa, pois o CPC também autoriza a utilização do meio eletrônico para tal finalidade (art. 183, §1º).

A alternativa C está incorreta. Na época do CPC/73, havia um entendimento jurisprudencial afirmando que o ato praticado antes do termo inicial do prazo deveria ser considerado intempestivo. Todavia, esse entendimento já não mais se sustenta, tendo em vista que o atual CPC, em seu art. 218, §4º, estabeleceu expressamente que deve ser considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo, de modo que a alternativa está incorreta.

A alternativa D está correta. Considerando que o prazo geral para os embargos de declaração é de 5 dias úteis (art. 1.023, CPC) e que os entes públicos gozam de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais (art. 183, CPC), podemos concluir que, de fato, o Estado de Minas Gerais terá o prazo de 10 dias úteis para a apresentação dos seus embargos de declaração, o que, até este ponto, torna a alternativa correta.

Quanto ao termo inicial do prazo, a alternativa também está correta, pois reproduz a literalidade do seguinte dispositivo do CPC: “Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo: [...] V - o dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica”. Portanto, o Estado de Minas Gerais poderá, sim, apresentar seus embargos de declaração no prazo de 10 dias úteis, contados do dia útil seguinte à consulta ao teor da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê.

QUESTÃO 54. O engenheiro civil José Carlos Silva trabalha em Aracaju/SE. Ele realizou a reforma da casa de Luzia, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). O serviço foi devidamente prestado, sem qualquer reclamação por eventuais falhas por parte de Luzia. Contudo, Luzia não efetuou o pagamento no prazo estipulado.

José Carlos procurou Luzia para resolver o pagamento da dívida sem buscar o Poder Judiciário e, após diversas tratativas, Luzia assinou um documento particular em que reconhece a dívida de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). O referido instrumento também foi assinado por duas testemunhas. Porém, no prazo estipulado para cumprimento da obrigação, Luzia não efetuou o pagamento e José Carlos ajuizou uma execução de título extrajudicial em face de Luzia.

Depois da citação e da ausência do pagamento de Luzia, José Carlos pede ao Juiz que Luzia indique bens sujeitos à penhora, sob pena de multa, pois caso não indique, sua conduta poderá ser considerada atentatória à dignidade da justiça.

Sobre o requerimento de José Carlos, assinale a afirmativa correta.

- a) José Carlos não poderá efetuar esse requerimento, pois não é possível o arbitramento de multa caso Luzia não indique bens sujeitos à penhora.**
- b) José Carlos poderá efetuar esse requerimento, sendo considerada atentatória à dignidade da justiça conduta comissiva ou omissiva da executada que intimada, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exhibe prova de sua propriedade e, se for o caso, a certidão negativa de ônus.**
- c) José Carlos poderá efetuar esse requerimento, sendo possível o arbitramento de multa superior a 30% do valor atualizado da execução, mas não poderá ocorrer nenhuma outra sanção de natureza processual ou material em face da executada.**
- d) José Carlos não poderá efetuar esse requerimento, pois é sua obrigação indicar os bens possíveis de penhora de Luzia.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do ato atentatório à dignidade da justiça no curso da execução de título extrajudicial.

A alternativa A está incorreta. Como comentado na alternativa B, a aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça é possível caso Luzia, devidamente intimada para essa finalidade, não indique seus bens sujeitos à penhora, conforme prevê o art. 774 do CPC.

A alternativa B está correta. No curso do processo de execução de título extrajudicial, a parte exequente pode requerer ao juiz que intime o executado para indicar os seus bens eventualmente sujeitos à penhora, bem como os seus respectivos valores. Caso essa obrigação não seja cumprida, o ato do executado será considerado atentatório à dignidade da justiça e, consequentemente, ficará sujeito a uma multa não superior a 20% do valor atualizado do débito em execução.

Essa sistemática está no art. 774 do CPC: “Considera-se atentatória à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: [...] V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exhibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus. Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o juiz fixará multa em montante não superior a vinte por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do exequente, exigível nos próprios autos do processo, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material”.

Com base nisso, percebemos que o requerimento formulado por José Carlos encontra total amparo na legislação processual civil e que, se for desrespeitado por Luzia, irá resultar nas penas estabelecidas no parágrafo único acima citado.

A alternativa C está incorreta. Como já mencionado na alternativa B, a configuração do ato atentatório à dignidade da justiça poderá resultar na aplicação de uma multa, mas o seu montante não poderá exceder 20% do valor atualizado do débito em execução (art. 774, parágrafo único, CPC).

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 55. Felipe propôs ação de reparação de danos contra Gustavo fundada em responsabilidade extracontratual, em razão de Felipe ter sido atacado pelo cachorro de Gustavo, enquanto transitava pela rua perto de sua casa.

Em primeira instância, os pedidos formulados por Felipe em sua petição inicial foram julgados totalmente procedentes. Depois da publicação da sentença de procedência, Gustavo interpôs apelação para buscar a reforma integral da sentença. Simultaneamente, Felipe opôs embargos de declaração contra a sentença para obter a majoração dos honorários de sucumbência, considerando que não foi fixado o percentual mínimo previsto no Art. 85, §2º, do Código de Processo Civil.

Sobre essa situação hipotética, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, a conduta que você, como advogado(a) do embargado, deverá adotar.

- a) Apresentar nova apelação após o julgamento dos embargos de declaração opostos por Felipe, independentemente do resultado do julgamento dos embargos de declaração.**
- b) Complementar ou alterar as razões de apelação, se houver o acolhimento dos embargos de declaração opostos por Felipe.**
- c) Ratificar as razões de sua apelação após o julgamento dos embargos opostos por Felipe, sob pena de não conhecimento do recurso de apelação.**
- d) Apresentar nova apelação após o julgamento dos embargos de declaração opostos por Felipe se os embargos de declaração forem acolhidos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata dos recursos no processo civil.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. No caso concreto narrado pelo enunciado, percebemos que Felipe interpôs o seu recurso de apelação antes do julgamento dos embargos de declaração apresentados pela parte contrária. Nessa situação, é possível que a decisão recorrida (sentença de primeiro grau) venha a ser alterada pelos embargos de declaração, o que terá o condão de influenciar aquela apelação anteriormente apresentada, razão pela qual os §§4º e 5º do art. 1.024 do CPC estabelecem o seguinte: “§4º Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração. §5º Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação”.

Portanto, se os embargos de declaração forem acolhidos e resultarem na modificação da decisão recorrida, o advogado de Felipe terá a oportunidade de complementar ou alterar as razões do recurso de apelação já anteriormente apresentado, desde que nos exatos limites da modificação da decisão em questão. Por outro lado, se os embargos forem rejeitados ou não alterarem a decisão recorrida, a apelação já interposta será processada e julgada independentemente de qualquer ratificação.

É necessário destacar que, em caso de modificação da decisão recorrida, não haverá o direito à apresentação de um novo recurso de apelação por parte do advogado de Felipe, mas, sim, de meras complementações ou alterações do recurso já anteriormente interposto, para que não seja violado o princípio da unirrecorribilidade.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 56. Leonardo adquiriu uma televisão na Loja Francesa pelo valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), quantia que seria paga por meio de cartão de crédito em 12 (doze) parcelas de R\$ 1.000,00. Ocorre que, após o pagamento da 6ª (sexta) parcela, a Loja Francesa passou a cobrar R\$ 2.000,00 (dois mil reais) de Leonardo nas 6 (seis) parcelas restantes.

Por ter constatado a cobrança indevida somente depois de realizar o pagamento integral, Leonardo ajuizou ação pelo procedimento comum em face da Loja Francesa para ser ressarcido em dobro pelo valor indevidamente cobrado na forma do Art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.

Depois da contestação e regular instrução, o Juízo da Vara Cível competente proferiu sentença julgando procedente o pedido de Leonardo, com a consequente condenação da Loja Francesa ao pagamento de R\$12.000,00, acrescido de correção monetária e juros legais. Ato contínuo, a Loja Francesa interpôs recurso de apelação, que foi desprovido pelo Tribunal de Justiça. Em seguida, a Loja Francesa interpôs recurso especial, porém intempestivamente.

Como existiam inúmeros recursos sobre a admissibilidade da devolução em dobro em caso de cobrança indevida contra o consumidor, com fundamento no Art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, essa controvérsia jurídica foi afetada para o rito do julgamento dos recursos repetitivos e implicou o sobrestamento do recurso especial da Loja Francesa.

Ato contínuo, Leonardo requereu que o recurso especial da Loja Francesa não fosse sobrestado, uma vez que era intempestivo. Embora intempestivo o recurso, o referido requerimento foi indeferido.

Na condição de advogado(a) de Leonardo, assinale a opção que indica o recurso cabível para alterar essa decisão.

a) Não será possível interpor qualquer recurso, pois é irrecorrível a decisão que indefere o requerimento de exclusão de sobrestamento do recurso especial impactado pelo procedimento dos recursos especiais repetitivos.

b) Reclamação, pois é irrecorrível a decisão que indefere o requerimento de exclusão de sobrestamento do recurso especial impactado pelo procedimento dos recursos especiais repetitivos.

c) Ação rescisória, pois é irrecorrível a decisão que indefere o requerimento de exclusão de sobrestamento do recurso especial impactado pelo procedimento dos recursos especiais repetitivos.

d) Agravo interno, pois esse é o recurso cabível contra a decisão que indefere o requerimento de exclusão de sobrestamento do recurso especial impactado pelo procedimento dos recursos especiais repetitivos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata dos recursos especiais repetitivos no âmbito do processo civil.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. Para encontrar a resposta da questão, é necessário ter conhecimento dos seguintes dispositivos do CPC: “Art. 1.036. Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça. [...] §2º O interessado pode requerer, ao presidente ou ao vice-presidente, que exclua da decisão de sobrestamento e inadmita o recurso especial ou o recurso extraordinário que tenha sido interposto intempestivamente, tendo o recorrente o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar-se sobre esse requerimento. §3º Da decisão que indeferir o requerimento referido no § 2º caberá apenas agravo interno”.

A partir da leitura do artigo acima transcrito, podemos verificar que, uma vez tendo sido sobrestado o recurso especial apresentado intempestivamente pela Loja Francesa, o advogado de Leonardo poderá requerer ao presidente ou ao vice-presidente do Tribunal que exclua o recurso em questão da decisão de sobrestamento e o inadmita em razão da sua intempestividade. Caso esse requerimento venha a ser indeferido, será possível a apresentação do agravo interno para o órgão colegiado, que poderá rever a decisão monocrática e, conseqüentemente, inadmitir o recurso especial apresentado de maneira intempestiva.

QUESTÃO 57. Paulo é investigado em um Inquérito Policial pelos crimes de ameaça e lesão corporal em face de sua esposa, Maria. Ao longo da investigação, foi decretada medida protetiva de afastamento de 1.000m em relação à vítima.

Posteriormente, movido por ciúmes em razão de uma mensagem de Maria a um amigo, Paulo foi ao encontro dela com o intuito de questioná-la sobre o fato, violando a medida protetiva da qual já havia sido regularmente intimado.

Tendo em vista o que preconiza a Lei no 11.340/2006, está correto afirmar que Paulo

a) praticou um crime de ação penal pública incondicionada.

b) está incurso nas penas de um crime inafiançável.

c) cometeu uma contravenção penal que comporta o oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo.

d) pode ser submetido a um decreto de prisão preventiva em seu desfavor, mas não cometeu crime.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Lei Maria da Penha.

A alternativa A está correta. O crime disposto no art. 24-A da lei n. 11.340/2006 é de ação pública incondicionada, uma vez que o art. 100 do CP serão de ação pública incondicionada os crimes a que a lei não dispuser o contrário. Como a lei Maria da Penha é silente quanto à ação penal, conclui-se ser esta pública incondicionada.

A alternativa B está incorreta. O crime de descumprimento de medida protetiva comporta fiança, porém esta só poderá ser concedida pela autoridade judicial: “§ 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança” (art. 24-A, §2º da lei n. 11.340/2006).

A alternativa C está incorreta. O tipo em questão não configura contravenção penal, mas sim crime constante no art. 24-A, caput, da lei n. 11.340/2006. Ademais, a súmula n. 536 do STJ dispõe que “a suspensão condicional do processo não se aplica na hipótese de delitos sujeitos ao rito da lei Maria da Penha”.

A alternativa D está incorreta. O tipo em questão configura crime constante no art. 24-A, caput, da lei n. 11.340/2006.

QUESTÃO 58. Antônio, funcionário público, foi designado como servidor responsável por conduzir a licitação de um Hospital Público que desejava adquirir 100.000 (cem mil) doses de um determinado medicamento.

Patrícia, funcionária da sociedade empresária Medicante Ltda., descobre o contato de Antônio e, de seu celular pessoal, manda um áudio no qual se oferece para dividir sua comissão com o funcionário público caso a sua empresa fosse a vencedora. O valor da comissão de Patrícia era de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), em caso de vitória na licitação.

Antônio, indignado com a proposta de Patrícia, encaminha os fatos aos seus superiores que enviam Notícia de Crime à autoridade policial com atribuição para investigar os fatos.

Tomando por base o fato de não ter havido o pagamento do valor oferecido, assinale a opção que indica o crime pelo qual Patrícia poderá ser responsabilizada.

a) Corrupção passiva tentada, na medida em que o crime é material, sendo necessário o efetivo pagamento da vantagem indevida para o crime ser consumado.

b) Corrupção passiva consumada, na medida em que o crime é formal, bastando o oferecimento da vantagem ilícita ao servidor público para a sua consumação.

c) Corrupção ativa tentada, na medida em que o crime é material, sendo necessário o efetivo pagamento da vantagem indevida para o crime ser consumado.

d) Corrupção ativa consumada, na medida em que o crime é formal, bastando o oferecimento da vantagem ilícita ao servidor público para a sua consumação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre Crimes contra Administração Pública.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. A corrupção passiva tem como sujeito ativo tão somente o funcionário público, o qual, em razão da função solicitar ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, nos termos do artigo 317 do CP. Já a corrupção ativa tem como sujeito ativo o particular que oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, nos termos do artigo 333 do CP. Portanto, Patrícia, sendo particular, realiza conduta que se amolda ao artigo 333 do CP.

Por fim, o referido delito é crime formal: “O crime de corrupção, abstratamente descrito como típico no art. 333 do Código Penal, possui natureza formal e se aperfeiçoa com a oferta ou promessa de vantagem indevida a funcionário público, para praticar, omitir ou retardar ato de ofício.” (RHC 95.557-GO).

QUESTÃO 59. O médico João dos Santos, durante a realização de uma cirurgia na perna de um paciente, cometeu um erro que acabou provocando a necessária amputação do membro do paciente. A pena cominada à lesão corporal culposa é de dois meses a um ano, à lesão corporal grave é de um a cinco anos e à lesão corporal gravíssima, de dois a oito anos.

Sobre a atuação do médico João Santos, assinale a afirmativa correta.

a) Ele cometeu o crime de lesão corporal culposa, devendo sua conduta ser julgada perante o Juizado Especial Criminal, o que, pela pena abstratamente cominada, torna aplicáveis, em tese, as medidas despenalizadoras da Lei no 9.099/95.

b) Ele, apesar de não ter atuado com dolo, cometeu o crime de lesão corporal gravíssima em razão da perda de membro do paciente, não fazendo jus a nenhuma das medidas despenalizadoras da Lei no 9.099/95, devendo o caso ser julgado perante a Vara Criminal.

c) Ele, apesar de não ter atuado com dolo, cometeu o crime de lesão corporal grave em razão da inutilização do membro e, apesar de ser julgado perante a Vara Criminal, fará jus à suspensão condicional do processo, medida despenalizadora prevista na Lei no 9.099/95.

d) Ele cometeu o crime de lesão corporal gravíssima em razão da perda de membro do paciente, apesar de não ter atuado com dolo, e, em função da pena cominada ao delito, fará jus à suspensão condicional do processo, medida despenalizadora prevista na Lei no 9.099/95.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crime de lesão corporal culposa.

A alternativa A está correta. O caso em comento se amolda ao tipo penal do art. 129, §6º, do CP, qual seja, o crime de lesão corporal culposa, tendo em vista que a conduta do médico se deu a título de culpa, por ter este agido com negligência, imprudência ou imperícia. A pena deste tipo penal é de detenção, de 2 meses a um ano. Trata-se, portanto, de infração de menor potencial ofensivo, tendo em vista ter pena máxima não superior a 2 anos, o que define a competência do Juizado Especial Criminal, conforme artigos 60 e 61 da Lei n. 9.099/95.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 60. Arthur resolveu furtar os cabos de eletricidade da linha férrea de sua cidade, a fim de revender o cobre, clandestinamente. Contudo, após iniciar o corte para retirar os fios de cobre, foi

surpreendido pelo trem, que o atropelou, vindo a sofrer a amputação dos membros inferiores. Arthur foi denunciado como incurso nas penas do delito de furto.

Sobre o caso, assinale a afirmativa que apresenta a linha de defesa correta.

a) Deve ser reconhecida a tentativa, com a correspondente diminuição da pena, já que o delito não chegou a se consumar.

b) Pode ser reduzida a pena diante do arrependimento posterior, uma vez que, em razão do fato, Arthur perdeu os dois membros inferiores.

c) Arthur deve ser absolvido, pois está-se diante de crime impossível, por absoluta ineficácia do meio.

d) Arthur pode ser beneficiado com o perdão judicial, diante do sofrimento que lhe foi imposto pelas consequências do delito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crimes contra o patrimônio.

A alternativa A está correta. Conforme o artigo 14, II, do Código Penal, a tentativa se caracteriza por uma execução que se inicia, mas o resultado “não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente”. Portanto, o agente, embora tenha colocado todos os seus esforços na busca do resultado almejado, não o alcançou por fatores externos. O Código Penal trata a tentativa como uma causa de diminuição de pena, de modo que o artigo 14, parágrafo único, preceitua: “pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.”

No caso apresentado, Arthur não logrou êxito em sua empreitada por fatores alheios, de modo que deverá incidir a causa de diminuição de pena.

A alternativa B está incorreta. Não há configuração do arrependimento posterior, o qual está previsto no artigo 16 do CP, sendo aplicável: “nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços”. Não há reparação do dano no caso narrado.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. O Perdão judicial é uma possibilidade outorgada ao juiz que permite a extinção da punibilidade, nos termos do artigo 107, IX, do CP, pela qual o Estado renuncia o exercício do poder punitivo. Não há previsão do perdão judicial para o crime de furto, no máximo, em se reconhecendo o privilégio, o juiz poderá “substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.” (art. 155, §2º, do CP)

QUESTÃO 61. Júlio desferiu um tapa no rosto de Jacinto, que foi projetado contra um poste em que havia um fio de alta tensão exposto, algo que não foi visto nem poderia ser imaginado por Júlio, pois já era noite e havia pouca iluminação. Jacinto recebeu uma forte descarga elétrica, que foi causa suficiente de sua morte.

Sobre a responsabilidade de Júlio pelo resultado morte, assinale a afirmativa correta.

a) Júlio deve responder pelo homicídio doloso de Jacinto, tendo em vista que o resultado morte não teria ocorrido se não fosse a agressão dolosa.

b) A descarga elétrica é uma concausa superveniente relativamente independente que, por si só, produziu o resultado morte, devendo Júlio responder por lesão corporal.

c) Júlio agiu com dolo no delito antecedente e culpa no consequente, devendo responder por delito preterdoloso de lesão corporal seguida de morte.

d) A descarga elétrica pode ser imputada a Júlio, ante a violação objetiva de um dever de cuidado, devendo Júlio ser responsabilizado por homicídio culposo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre nexo de causalidade.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. O causa em análise reflete causa relativamente independente superveniente à conduta, que, embora preveja nexo de causalidade entre a conduta e o resultado, o legislador entendeu por afastar a imputação, impedindo que o agente responda pelo evento subsequente, somente sendo possível atribuir-lhe o resultado que diretamente produziu.

Assim, conforme o art. 13, §1º, a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou. Logo, Jacinto responderá apenas pelo crime de lesão corporal leve, relativo ao tapa desferido na vítima.

Destaca-se que, no caso narrado, não havia como prever a existência do poste de alta tensão no local, e esse fato também não faz parte da mesma cadeia causal, não é uma consequência natural da primeira ação. Por isso, Jacinto não responderá pelo resultado.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 62. Joaquim dirigia-se a uma agência bancária para sacar o valor de sua aposentadoria. Todavia, às 10h, ao se aproximar do estabelecimento, foi abordado por Gilson que, com emprego de arma de fogo, ordenou que Joaquim entrasse em seu carro.

Em seguida, Gilson conduziu o veículo até um motel e, mediante ameaça de morte, exigiu que a vítima transferisse valores para a conta bancária de Gilson, por meio de operações via PIX e TED, sendo certo que houve restrição da liberdade da vítima por tempo relevante, condição necessária para obtenção da vantagem de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) efetivamente auferida em desfavor de Joaquim, após o que Gilson liberou a vítima.

Diante do cenário descrito, assinale a opção que indica o(s) crime(s) praticados por Gilson.

a) Roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo.

b) Extorsão mediante sequestro.

c) Sequestro ou cárcere privado.

d) Extorsão mediante restrição da liberdade da vítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre crimes contra o patrimônio.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. Conforme o artigo 158, §3º, do CP: “Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, além da multa; se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 159, §§ 2º e 3º, respectivamente.”.

Sendo assim, neste delito usa a restrição da liberdade como uma forma de coação da vítima para assim obter a vantagem econômica, como ocorreu no caso narrado pela questão.

Por outro lado, a extorsão mediante sequestro exigiria que a vítima fosse sequestrada e a liberdade desta fosse utilizada como forma de alcance de valores para um eventual resgate., ou seja, quem é extorquido não é a vítima sequestrada, mas sim familiares e demais pessoas das quais é cobrado o resgate.

QUESTÃO 63. Depois do recebimento de denúncia anônima, a delegacia iniciou a verificação preliminar de informações e colheu indícios de que Juca desenvolvia atividades ilícitas de telecomunicações (pena: detenção, 2 a 4 anos).

A fim de melhor apurar os fatos, foi instaurado inquérito policial e o delegado de polícia representou pela interceptação das comunicações telefônicas de Juca, o que foi deferido pelo Juiz. A fim de anular as provas colhidas a partir da interceptação telefônica, você, na condição de advogado(a) de defesa de Juca, deve alegar que

- a) não é cabível a interceptação quando o ilícito apurado for punível com pena de detenção.**
- b) a pena mínima de 2 (dois) anos não autoriza o deferimento de interceptação.**
- c) o delegado de polícia não é legitimado a representar pela interceptação telefônica.**
- d) a ausência de contraditório, antes do deferimento da interceptação, é causa de nulidade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre interceptação telefônica.

A alternativa A está correta. Conforme o art. 2º, III, da lei n. 9.296/96, não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

A alternativa B está incorreta. A lei n. 9.296/96 não traz essa restrição para o deferimento da medida de interceptação telefônica.

A alternativa C está incorreta. Conforme o art. 3º, I, da lei n. 9.296/96, a interceptação telefônica pode ser requerida pela autoridade policial, durante a investigação criminal.

A alternativa D está incorreta. A interceptação telefônica é exemplo de prova cautelar, que é produzida antecipadamente à fase judicial por haver risco do desaparecimento do objeto da prova em razão do decurso do tempo. Por este motivo, o contraditório desta espécie de prova é diferido, ou seja, exercido posteriormente à produção da prova.

QUESTÃO 64. Suelen ajuizou queixa-crime contra Bolívar, pela prática do crime de exercício arbitrário das próprias razões praticado sem violência ou grave ameaça, previsto no Art. 345, caput e parágrafo único, do CP, cuja pena cominada é de detenção de quinze dias a um mês, ou multa.

A queixa-crime foi ajuizada perante o Juízo competente, que, após todo o trâmite preliminar, sendo infrutífero qualquer tipo de solução negociada, já na audiência de instrução e julgamento, rejeitou a queixa.

Diante do caso narrado, como advogado(a) de Suelen, assinale a opção que indica o recurso que deve ser interposto.

- a) Recurso em Sentido Estrito, interposto na Vara Criminal. As razões podem ser apresentadas diretamente no Tribunal.**

b) Apelação, a ser interposta no Juizado Especial Criminal, já acompanhada de razões recursais dirigidas à Turma Recursal.

c) Apelação, a ser interposta na Vara Criminal. As razões podem ser apresentadas diretamente na Turma Recursal.

d) Recurso em Sentido Estrito, interposto no Juizado Especial Criminal, acompanhado de razões recursais dirigidas à Turma Recursal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o Juizado Especial Criminal.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. Conforme o art. 82, caput, da lei 9.099/95, da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá apelação, já o §1º estabelece que as razões deverão acompanhar o recurso, não havendo prazo posterior para sua interposição: “Art. 82 Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado. § 1º A apelação será interposta no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.”

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 65. Roberto Jorge, após regular pronúncia, foi levado a Júri, ocasião em que foi mantido algemado durante toda a sessão de julgamento, com a justificativa de ser pessoa de índole perigosa, já que responde à acusação por crime doloso contra a vida. A defesa técnica impugnou, sem sucesso, a determinação do Juízo.

O Ministério Público, em plenário, postulou a condenação do acusado, asseverando que sua periculosidade fica comprovada pela necessidade do uso de algemas durante o julgamento.

Roberto Jorge foi condenado pelo Conselho de Sentença, tendo sido aplicada pena privativa de liberdade de 15 (quinze) anos de reclusão. Você, como advogado(a) de Roberto Jorge, interpôs apelação criminal.

Assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, o objetivo da sua demanda.

a) Postular a reforma da sentença, com a absolvição do acusado, pois este foi prejudicado no julgamento em razão do uso arbitrário de algemas.

b) Arguir a nulidade posterior à pronúncia, em razão da manutenção do réu algemado, sem necessidade concreta, e da referência a este fato pelo órgão do Ministério Público.

c) Arguir a nulidade da sessão de julgamento, em razão da manutenção do réu algemado; a manifestação do Ministério Público, contudo, não é vedada pela lei processual.

d) Postular a redução das penas aplicadas pelo Juiz-Presidente, pois o uso de algemas e sua menção como argumento de autoridade não caracterizam nenhuma nulidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Júri.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. O artigo 474, §3º, do CPP veda que o acusado permaneça algemado durante o júri salvo em casos de absoluta necessidade: “Não se permitirá o uso de algemas no acusado durante o

período em que permanecer no plenário do júri, salvo se absolutamente necessário à ordem dos trabalhos, à segurança das testemunhas ou à garantia da integridade física dos presentes.”. Ademais, é vedado que o Ministério Público faça menção à tal fato durante os debates, nos termos do artigo 478, I, do CPP: Art. 478. Durante os debates as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências: I – à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado”.

Destaca-se que o STJ já reconheceu a nulidade por conta do uso de algemas na sessão do júri: “3. O uso de algemas - de quem se apresenta ao Tribunal ou ao juiz, para ser interrogado ou para assistir a uma audiência ou julgamento como acusado - somente se justifica ante o concreto receio de que, com as mãos livres, fuja ou coloque em risco a segurança das pessoas que participam do ato processual. 4. Não se mostra aceitável que se obviesse a presunção de inocência (como regra de tratamento) e se contorne o rigor da Súmula Vinculante n. 11 com motivação genérica e abstrata que, na prática, serviria para todos os casos de pessoas julgadas pelo Tribunal do Júri, visto que se cuida de órgão jurisdicional incumbido de julgar os crimes mais graves do Código Penal, definidos quase sempre como hediondos.(...) Recurso provido para reconhecer a nulidade absoluta do julgamento realizado em plenário pelo 4º Tribunal do Júri da Comarca da Capital/SP, nos autos do Processo n. 08334797-56.2013.8.260052, determinando seja o recorrente submetido a novo julgamento em plenário, a ser realizado sem o uso de algemas, salvo a ocorrência algum motivo concreto, devidamente relatado em suas circunstâncias pelo juízo, que justifique a imposição do gravame ao paciente.”(RHC n. 76.591).

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 66. Juliano foi definitivamente condenado à pena de 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial fechado. Após 2 (dois) anos de cumprimento da pena, foi detectado que Juliano passou a ter uma doença mental grave, tornando-o inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito dos fatos pelos quais havia sido condenado.

Neste caso, como advogado(a) de Juliano, você deverá

a) postular ao Juiz da Execução Penal a conversão da pena em medida de segurança.

b) ajuizar uma ação de revisão criminal, postulando a substituição da pena privativa de liberdade por medida de segurança.

c) suscitar incidente de insanidade mental do acusado, a fim de apurar a integridade mental de Juliano ao tempo da ação criminosa.

d) solicitar que Juliano seja colocado em prisão-albergue domiciliar, como medida substitutiva do encarceramento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Incidentes de Execução.

A alternativa A está correta. Considerando que a doença mental do apenado ocorreu após o início do cumprimento da pena, deve-se utilizar o artigo 183 da LEP, a qual estabelece a possibilidade de converter a pena em medida de segurança: “Quando, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o Juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública ou da autoridade administrativa, poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança.”.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 67. Luís Vicente, secretário de fazenda do Município Alfa, foi ofendido por Lório, secretário de fazenda do Estado Beta, que, durante discurso na tribuna da Câmara dos Vereadores, afirmou que "Luís Vicente comete peculato, desviando recursos do caixa municipal em proveito próprio e de seus familiares!"

Luís Vicente procurou você, como advogado(a), para que você o oriente sobre a medida cabível para responsabilizar Lório pela ofensa à sua honra.

Nesse contexto, é correto afirmar que Luís Vicente

- a) só pode ajuizar uma queixa-crime em face de Lório, pois o delito contra a honra desafia ação penal privada.
- b) pode oferecer representação contra Lório ao Ministério Público, pois sua qualidade de servidor público impõe a ação penal pública na defesa de sua honra.
- c) pode optar entre ajuizar queixa-crime em face de Lório ou oferecer representação ao Ministério Público.
- d) não pode fazer nada a respeito, diante da imunidade material de Lório, pela sua qualidade de ocupante de cargo político.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre ação penal.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa C está correta. De acordo com a súmula n. 714 do STF, é concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

A alternativa D está incorreta. A CF prevê imunidade material aos parlamentares, dispondo que estes são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, desde que proferidos em razão de suas funções parlamentares, no exercício e relacionados ao mandato. Tal prerrogativa é restrita aos membros do poder Legislativo, motivo pelo qual esta não se estende ao agente da questão em análise.

QUESTÃO 68. Vanessa, primária e sem antecedentes, grávida de seis meses, foi presa em flagrante no aeroporto no momento em que embarcava com destino à Espanha de posse de 10kg de substância entorpecente (cocaína). Vanessa foi autuada pela prática do crime de internacional drogas (Art. 33, caput, c/c. Art. 40, inciso I, ambos da Lei no 11.343/06). Sobre a possibilidade de prisão domiciliar em favor de Vanessa, assinale a afirmativa correta.

- a) A quantidade de drogas apreendida e a transnacionalidade do delito obstam a concessão de prisão domiciliar.
- b) O pedido de prisão domiciliar é injustificável, tendo em vista que Vanessa ainda está no sexto mês de gestação.
- c) A natureza não violenta do delito imputado e a gestação de Vanessa autorizam a concessão de prisão domiciliar.

d) Apenas se houver comprovação de gravidez de risco haverá previsão legal que justifique a concessão de prisão domiciliar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre prisão preventiva.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

A alternativa C está correta. O artigo 318-A do CPP estabelece uma obrigatoriedade de substituição da prisão preventiva pela domiciliar no caso de mulheres gestantes ou responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência: "Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa; II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente."

Percebe-se, assim, que a lei traz apenas 2 requisitos para autorizar a substituição, quais sejam: 1- crime sem violência ou grave ameaça; e 2- que o crime não seja contra o filho ou dependente. Ou seja, a lei não exige gravidez de risco, tempo de gestação, ou qualquer análise sobre a condição da gestante.

Portanto, considerando que o crime em questão não envolve violência ou grave ameaça, é possível a conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar. Neste sentido, destaca-se decisão do STJ: "No caso concreto, embora a apenada cumpra pena no regime fechado e seja reincidente, não praticou crime de violência ou grave ameaça, nem contra crianças (tráfico de drogas), não registra infrações de natureza grave, nem há indicativo de que faça parte de organização criminosa, fatores que autorizam o deferimento do benefício da prisão domiciliar, tendo em vista a necessidade presumida dos cuidados maternos em relação aos infantes." (AgRg no HC n. 769.008/SP)

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 69. Manoel é segurado de baixa renda, tendo sido recolhido à prisão, em regime fechado, no dia 01/01/2022. Antes da prisão, ele recolheu 12 contribuições mensais à Previdência Social e tem, como único dependente, o filho Maurício, de 19 anos.

Diante destas considerações, sobre o auxílio-reclusão assinale a afirmativa correta.

a) Maurício não faz jus ao benefício do auxílio-reclusão, uma vez que seu pai, Manoel, não cumpriu a carência de 24 (vinte e quatro) meses.

b) Maurício, apesar de Manoel cumprir a carência exigida, não faz jus ao benefício do auxílio-reclusão por possuir mais de 18 (dezoito) anos.

c) Caso Manoel venha a exercer atividade, ainda que em regime fechado, haverá a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seu dependente.

d) O requerimento de Manoel solicitando o auxílio-reclusão deve ser instruído com a certidão de nascimento do dependente, sem a necessidade de certidão sobre o seu recolhimento à prisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata do auxílio-reclusão.

A alternativa A está correta, pois, desde a publicação da MP 871/2019 (posteriormente convertida na Lei 13.846/2019), o auxílio-reclusão passou a exigir o cumprimento de um período de carência de 24 meses,

como estabelece o art. 25, IV, da Lei 8.213/91. Portanto, considerando que, no caso concreto relatado no enunciado, o segurado recolhido à prisão somente havia realizado o recolhimento de 12 contribuições mensais, podemos concluir que o seu dependente não irá fazer jus ao benefício em questão.

A alternativa B está incorreta. Em regra, o filho mantém a qualidade de dependente do segurado até completar 21 anos de idade. Isso está expresso na Lei 8.213/91: “Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado: I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave”.

Portanto, o fato de Maurício ter 19 anos não seria impeditivo à concessão do auxílio-reclusão. Todavia, como já mencionado nos comentários da alternativa A, o benefício não será concedido, tendo em vista que o período de carência não foi cumprido.

A alternativa C está incorreta. A Lei 8.213/91 é clara ao estabelecer que o exercício de atividade remunerada pelo segurado que esteja recluso em regime fechado não é razão para a cessação do pagamento do auxílio-reclusão: “Art. 80. [...] § 7º O exercício de atividade remunerada do segurado recluso, em cumprimento de pena em regime fechado, não acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes”.

A alternativa D está incorreta. Para a concessão do benefício do auxílio-reclusão, é necessário que, da prova da condição de dependente, seja apresentada a certidão judicial que efetivamente ateste o recolhimento do segurado à prisão, como se vê do §1º do art. 80 da Lei 8.213/91: “O requerimento do auxílio-reclusão será instruído com certidão judicial que ateste o recolhimento efetivo à prisão, e será obrigatória a apresentação de prova de permanência na condição de presidiário para a manutenção do benefício”.

QUESTÃO 70. José, mecânico, contando com 12 (doze) meses de contribuição para a Previdência Social, sofreu acidente de trabalho, tornando-se tetraplégico. Em razão do acidente, ficou completamente incapacitado para o trabalho.

Diante dessas condições, assinale a afirmativa correta.

- a) José não terá direito à aposentadoria por incapacidade permanente, uma vez que não cumpriu a carência mínima de 24 (vinte e quatro) meses de contribuição.**
- b) José, necessitando da assistência permanente de outra pessoa, terá acrescido o valor da sua aposentadoria por incapacidade permanente em até 50% (cinquenta por cento).**
- c) José, caso se recupere e volte a trabalhar voluntariamente, terá sua aposentadoria cancelada automaticamente, a partir da data do retorno.**
- d) José, sendo portador de doença ou lesão ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, não terá direito à aposentadoria por incapacidade permanente, ainda que a incapacidade sobrevenha, após a filiação, por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata da aposentadoria por incapacidade permanente.

A alternativa A está incorreta. Considerando que José se tornou permanentemente incapacitado para o trabalho em decorrência de um acidente de trabalho, a concessão da sua aposentadoria por incapacidade permanente independe de qualquer período de carência. Isso pode ser encontrado no Decreto 3.048/99: “Art. 30. Independe de carência a concessão das seguintes prestações: [...] III - auxílio por incapacidade temporária e aposentadoria por incapacidade permanente nos casos de acidente de qualquer

natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho e nos casos de segurado que, após filiar-se ao RGPS, seja acometido de alguma das doenças ou afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Economia, atualizada a cada três anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado”.

Mas, mesmo que a incapacidade permanente fosse originada de alguma outra causa não inserida nesse dispositivo, José ainda teria direito à sua concessão, pois, na verdade, o período de carência exigido para esse benefício (salvo as três exceções citadas acima) é de 12 meses, conforme o art. 29, I, do Decreto 3.048/99.

A alternativa B está incorreta. Essa alternativa se refere ao auxílio-acompanhante (ou “grande invalidez”), que tem previsão no art. 45 do Decreto 3.048/99: “O valor da aposentadoria por incapacidade permanente do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de vinte e cinco por cento, observada a relação constante do Anexo I”. Portanto, na verdade, o acréscimo será de 25%, razão pela qual a alternativa está incorreta.

A alternativa C está correta, pois reproduz a regra prevista no art. 48 do Decreto 3.048/99: “O aposentado por incapacidade permanente que retornar voluntariamente à atividade terá a sua aposentadoria automaticamente cessada, a partir da data de seu retorno, observado o disposto no art. 179”. Portanto, percebe-se que o aposentado por incapacidade permanente não pode voltar a exercer atividades laborais, sob pena de ter o seu benefício cancelado a partir da data do retorno.

Caso ele acredite estar apto a retornar ao trabalho, deverá solicitar ao INSS a realização de uma nova avaliação médico-pericial, que irá verificar a sua condição atual e autorizá-lo a voltar ao labor, com o cancelamento da sua aposentadoria (art. 47, parágrafo único, Decreto 3.048/99).

A alternativa D está incorreta, pois contraria o §2º do art. 43 do Decreto 3.048/99: “A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao RGPS não lhe conferirá direito à aposentadoria por incapacidade permanente, exceto quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão”. Com base nesse dispositivo, percebemos que, de fato, o segurado que se filiar ao RGPS quando já portador de uma doença ou lesão não terá direito à aposentadoria por incapacidade permanente (ou ao auxílio por incapacidade temporária) em decorrência dessa doença ou lesão, salvo se a incapacidade resultar de uma progressão ou agravamento que venha a ocorrer em momento posterior, quando o segurado já estiver filiado.

QUESTÃO 71. Alexandre, Reginaldo e Maurício eram empregados da mesma sociedade empresária, mas em períodos distintos. Alexandre pediu demissão após 2 (dois) anos de trabalho, pois já estava cansado de trabalhar para o mesmo empregador e já era idoso contando com 71 (setenta e um) anos de idade. Reginaldo se aposentou após 3 (três) anos, pois já contava com idade e tempo de serviço anterior, apesar de ter 62 (sessenta e dois) anos. Maurício foi dispensado sem justa causa, após quatro meses, mesmo sendo jovem e contando com 25 (vinte e cinco) anos de idade. Os três consultaram você, como advogado(a), acerca da possibilidade de levantamento imediato dos valores depositados a título de FGTS dos contratos terminados.

Observando a legislação em vigor e adstrito aos dados do enunciado, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, sua orientação.

- a) Os três poderão receber, imediatamente, os valores do FGTS.**
- b) Alexandre e Maurício não poderão receber os valores imediatamente, pois um pediu demissão e o outro teve contrato inferior a seis meses.**
- c) Apenas Alexandre não poderá movimentar sua conta vinculada e receber os valores imediatamente.**

d) Apenas Maurício, por haver sido dispensado sem justa causa, tem direito ao recebimento imediato do FGTS.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata do tema FGTS, disposto na Lei 8.038/90.

Analisemos as situações propostas pelo enunciado.

Alexandre, apesar de ter pedido demissão, conta mais de 70 anos de idade; logo, pode levantar os valores depositados a título de FGTS. De acordo com art. 20, XV, da Lei 8.038/90: “Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações: XV - quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta anos.”

Reginaldo também poderá levantar os valores depositados a título de FGTS, pois conforme art. 20, III, da Lei 8.038/90, aposentadoria é hipótese de saque. Vejamos: “Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações: III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;”

Por fim, Maurício foi dispensado sem justa causa, o que também lhe dá direito de sacar os valores depositados a título de FGTS. De acordo com art. 20, I, da Lei 8.038/90: “Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações: I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;”

Conforme demonstrado, os 3 trabalhadores poderão receber, imediatamente, os valores do FGTS.

Portanto, a alternativa A está correta. Automaticamente, e utilizando por base os mesmos dispositivos legais acima transcritos, as alternativas B, C e D ficam incorretas.

QUESTÃO 72. Reinaldo, trabalhador rural, atua na Fazenda Boa Esperança como tratorista desde 1990. Em janeiro de 2021, o empregador de Reinaldo o dispensou sem justa causa, sendo que o ex-empregado ajuizou reclamação trabalhista em novembro de 2023.

Sobre a situação apresentada, nos termos da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

a) A prescrição para o trabalhador rural só tem início após uma prestação de contas, que não foi feita, razão pela qual não existe prescrição total.

b) Como forma de proteção especial ao empregado rural, a lei garante que a ação possa ser proposta em até 5 (cinco) anos da extinção do contrato.

c) Caso o reclamado suscite em defesa a prescrição extintiva, o juiz deverá acolhê-la.

d) Somente se as verbas da extinção forem quitadas no sindicato de classe rural é que a prescrição bimestral terá início.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema prescrição.

As alternativas A e D estão incorretas. Nem a Constituição Federal e nem a CLT colocam, como condição para início da contagem do prazo prescricional, qualquer tipo de prestação de contas ou quitação em sindicato de classe. Basta o fim do vínculo empregatício para que isso ocorra, conforme art. 11 da CLT: “Art. 11. A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.”

A alternativa B está incorreta. A Emenda Constitucional nº 28/2000 modificou o inciso XXIX do art. 7º da CF para igualar os prazos prescricionais para os trabalhadores urbanos e rurais. Vejamos: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;”

A alternativa C está correta. De acordo com art. 11 da CLT, o prazo prescricional, tanto para trabalhadores urbanos quanto para trabalhadores rurais, é de 2 anos após a extinção do contrato de trabalho. Vejamos: “Art. 11. A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.”

Como Reinaldo somente propôs a ação 2 anos e 10 meses após o término do vínculo de trabalho, houve prescrição extintiva. Logo, se o reclamado suscitar tal prescrição, o juiz deverá acolhê-la.

QUESTÃO 73. A empresa de trabalho temporário Sempre Alerta Ltda. terceirizará o serviço de limpeza da sociedade empresária Extintores Infalíveis Ltda, nela alocando 10 (dez) auxiliares de limpeza que se revezarão em turnos de 12 x 36 horas. No contrato apresentado, que vigora a partir de janeiro de 2024, por 180 dias, e é regido pela Lei nº 6.019/74, existe cláusula de reserva que proíbe a contratação de qualquer auxiliar pela empresa tomadora ao fim do prazo em que ele tenha sido colocado à sua disposição.

Considerando os fatos e a norma de regência, assinale a afirmativa correta.

- a) A cláusula de reserva é válida, se ambas as partes a aceitarem.**
- b) Para a validade da cláusula de reserva, é necessária a chancela do sindicato de classe dos empregadores.**
- c) A inserção da cláusula de reserva é possível, desde que prevista em acordo coletivo de trabalho.**
- d) A cláusula de reserva é nula de pleno direito.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema trabalho temporário.

De acordo com artigo 11, parágrafo único, da Lei 6.019/1974, é nula de pleno direito qualquer cláusula de reserva que proíba a contratação do trabalhador ao fim do prazo do trabalho temporário. Vejamos: “Parágrafo único. Será nula de pleno direito qualquer cláusula de reserva, proibindo a contratação do trabalhador pela empresa tomadora ou cliente ao fim do prazo em que tenha sido colocado à sua disposição pela empresa de trabalho temporário.”

Portanto, a alternativa D está correta: A cláusula de reserva proposta pelo enunciado é nula de pleno direito.

Tomando por base o mesmo dispositivo legal, as alternativas A, B e C ficam automaticamente incorretas, pois falam em validade da cláusula de reserva.

QUESTÃO 74. Os sindicatos de classe de uma determinada categoria elaboraram uma convenção coletiva normatizando o pagamento do adicional de penosidade. A norma previa vigência de 2 (dois) anos, com término em outubro de 2023.

Considerando esses fatos e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Mesmo com a vigência encerrada, os trabalhadores que recebiam o adicional possuem direito adquirido, e o pagamento deve prosseguir.**

b) Ao término da vigência da norma coletiva, caso ela não seja renovada, os trabalhadores perderão o direito ao adicional.

c) Os trabalhadores que já recebiam o adicional continuarão com o direito se isso for homologado pelo Ministério do Trabalho.

d) A vantagem se incorpora ao contrato de trabalho dos empregados ativos, e os admitidos posteriormente ao dies ad quem da norma coletiva não a receberão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema normas coletivas de trabalho.

De acordo com art. 614, § 3º, da CLT: “Art. 614 - Os Sindicatos convenientes ou as empresas acordantes promoverão, conjunta ou separadamente, dentro de 8 (oito) dias da assinatura da Convenção ou Acordo, o depósito de uma via do mesmo, para fins de registro e arquivo, no Departamento Nacional do Trabalho, em se tratando de instrumento de caráter nacional ou interestadual, ou nos órgãos regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, nos demais casos. (...) § 3º Não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois anos, sendo vedada a ultratividade.

Portanto, ao término da vigência da norma coletiva, caso ela não seja renovada, os trabalhadores perderão o direito ao adicional. Logo, a alternativa B está correta.

Analisemos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta. As convenções e acordos coletivos não geram direito adquirido, posto que é vedada a ultratividade do instrumento, conforme disposto no art., 614, § 3º, da CLT, acima transcrito.

A alternativa C está incorreta. Ao término da vigência da norma coletiva, caso ela não seja renovada, os trabalhadores perderão o direito ao adicional, sendo irrelevante haver ou não homologação, conforme disposto no art., 614, § 3º, da CLT, acima transcrito.

A alternativa D está incorreta. Ao término da vigência da norma coletiva, não há incorporação ao contrato de trabalho de nenhuma das vantagens proporcionadas, posto que é vedada a ultratividade do instrumento, conforme disposto no art., 614, § 3º, da CLT, acima transcrito.

QUESTÃO 75. Em 2024, uma companhia imobiliária contratou Olívia como estagiária. Olívia foi designada para trabalhar em regime de teletrabalho (trabalho em domicílio, home office) na confecção de planilhas de locatários inadimplentes, que, em seguida, são enviadas ao setor jurídico da sociedade empresária.

Considerando os fatos e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta,

a) O regime de teletrabalho é incompatível com o estágio, por frustrar o seu objetivo principal que é a vivência prática das rotinas.

b) Havendo autorização prévia do Juiz do Trabalho, é possível, em caráter excepcional, o regime de teletrabalho no estágio.

c) Somente se estivesse na cota de estagiário com deficiência, ela poderia trabalhar em regime de teletrabalho.

d) Se for conveniente para as partes, o regime de teletrabalho pode ser adotado nos contratos de estágio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema teletrabalho.

De acordo com art. 75-B, § 6º, da CLT, é permitida a adoção do regime de teletrabalho para estagiários. Vejamos: “§ 6º Fica permitida a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para estagiários e aprendizes.”

Desta feita, é possível que Olívia, como estagiária, seja designada para trabalhar em regime de teletrabalho. Portanto, a alternativa D está correta.

Analisemos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 75-B, § 6º, da CLT, acima transcrito, o regime de teletrabalho é sim compatível com o estágio.

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 75-B, § 6º, da CLT, acima transcrito, é permitida a adoção do regime de teletrabalho para estagiários, sem necessidade de autorização prévia da autoridade judicial. Não há de se falar em excepcionalidade.

A alternativa C está incorreta. A CLT não faz tal distinção, sendo possível o teletrabalho para todos os estagiários, não somente os deficientes.

QUESTÃO 76. Em sede de reclamação trabalhista na qual você advoga para a empregado, foi celebrado acordo entre as partes ainda na fase de conhecimento, antes da prolação da sentença. Na petição de lavra conjunta entre os advogados das partes nada constou acerca das custas processuais. Seu cliente é beneficiário da gratuidade de justiça, conforme decisão constante do processo desde o início.

Sobre as custas processuais, considerando o silêncio das partes e havendo acordo, segundo o texto da CLT, assinale a afirmativa correta.

a) As custas deverão incidir em 2% sobre o valor do acordo e serão divididas em frações iguais pelas partes, sendo que, no caso de seu cliente, não haverá o pagamento por força da gratuidade de justiça.

b) As custas deverão incidir em 10% sobre o valor do acordo e serão integralmente recolhidas pela parte ré.

c) As custas deverão incidir em 2% sobre o valor do acordo e ficarão integralmente sob responsabilidade da parte autora que, na hipótese, está dispensada do recolhimento por força da gratuidade de justiça.

d) As custas deverão incidir em 5% sobre o valor da causa, já que não houve prolação de sentença, e serão rateadas igualmente pelas partes, dispensado o autor do recolhimento pela gratuidade de justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata do tema reclamação trabalhista, mais precisamente sobre as custas processuais.

De acordo com art. 789, caput, da CLT, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento). Veja: “Art. 789. Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, e serão calculadas:”

Como houve celebração de acordo, as custas deverão ser divididas em partes iguais aos litigantes, conforme determina art. 789, § 3º, da CLT: “§ 3º Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.”

No entanto, no caso narrado pelo enunciado, como a parte é beneficiária da justiça gratuita, ficará isenta do pagamento das custas, conforme art. 790-A da CLT: “Art. 790-A. São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita:”

Desta feita, a alternativa A está correta: as custas deverão incidir em 2% sobre o valor do acordo e serão divididas em frações iguais pelas partes, mas não haverá o pagamento pela parte beneficiária da gratuidade de justiça.

Tomando por base os mesmos dispositivos legais acima transcritos, as alternativas B, C e D, ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 77. Você advoga para o empregado, credor em uma reclamação trabalhista cuja decisão transitou em julgado. A liquidação de sentença foi promovida e, após manifestações das partes, foi homologado o cálculo da parte ré. Você continua entendendo que há erro nos cálculos homologados e pretende continuar a discutir a matéria.

Diante disso, assinale a opção que apresenta a medida a ser adotada no interesse do seu cliente.

a) Deverá ser apresentado embargos à execução no prazo de cinco dias independentemente da garantia da execução ou da penhora.

b) Não cabe qualquer medida, uma vez que se operou a preclusão, pois já houve manifestação sobre a conta de liquidação.

c) Na sua manifestação, a ser feita em dez dias após a garantia de juízo, não há restrição de matéria, podendo ser discutido não só os cálculos, mas também a sentença de conhecimento.

d) Após a garantia da execução ou penhorados os bens, você poderá apresentar impugnação à sentença de liquidação em cinco dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do tema execução em processo do trabalho.

De acordo com art. 884 da CLT, garantida a execução ou penhorados os bens, a medida cabível para questionar será embargos à execução, no caso do executado, e impugnação à sentença de liquidação, no caso do exequente. Vejamos: “Art. 884 - Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.”

Como na situação narrada pelo enunciado, advoga-se para o exequente, a medida cabível será, portanto, impugnação à sentença de liquidação, a ser interposta no prazo de cinco dias.

Logo, a alternativa D está correta.

Analisemos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 884 da CLT, acima transcrito, os embargos à execução serão propostos pelo executado, e não pelo exequente

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 884 da CLT, acima transcrito, há o prazo de 5 dias para impugnar, não havendo de se falar em preclusão.

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 884 da CLT, acima transcrito, o prazo será de 5 dias, e não de 10 dias.

QUESTÃO 78. Jeferson trabalhou em São Paulo de 2018 a 2023, quando foi dispensado sem justa causa e voltou para sua cidade de origem, Fortaleza/CE. Entendendo ter realizado sobrejornada sem receber, Jeferson contratou um advogado na sua cidade que ajuizou reclamação trabalhista distribuída a uma das Varas de Fortaleza/CE requerendo o pagamento de horas extras. A ex-empregadora foi citada para a audiência, que ocorrerá em quatro meses, mas pretende deslocar o feito para São Paulo, pois foi o único local da prestação de serviços e onde o autor foi contratado. Para tanto, a ex-empregadora o(a) contratou como advogado(a).

Na qualidade de advogado(a) da sociedade empresária, considerando os fatos e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) A sociedade empresária poderá apresentar a exceção de incompetência territorial até a audiência.
- b) A sociedade empresária deve apresentar a exceção de incompetência territorial em até dez dias corridos, contados da citação.
- c) A sociedade empresária deverá apresentar a exceção de incompetência territorial em cinco dias úteis, contados da citação.
- d) Não se poderá apresentar exceção de incompetência territorial, porque a ação pode ser ajuizada no domicílio do autor, ainda que não coincida com o local da prestação dos serviços.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema reclamação trabalhista, mais precisamente sobre a exceção de incompetência territorial.

De acordo com art. 800 da CLT: “Art. 800. Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, seguir-se-á o procedimento estabelecido neste artigo.”

Portanto, a alternativa C está correta.

Analisemos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta. O prazo, conforme art. 800 da CLT, acima transcrito, é de 5 dias, e não “até a audiência”.

A alternativa B está incorreta. O prazo, conforme art. 800 da CLT, acima transcrito, é de 5 dias, e não de 10 dias.

A alternativa D está incorreta. Neste caso, é sim possível apresentar exceção de incompetência territorial, pois a ação deve ser ajuizada no local da prestação de serviços, conforme art. 651 da CLT: “Art. 651 - A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.”

QUESTÃO 79. Em determinada reclamação trabalhista, com a presença das partes e dos advogados, ocorreu a 1ª audiência apenas para a tentativa de conciliação, que não teve sucesso. Então, o juiz recebeu a defesa e deferiu as provas testemunhais e os depoimentos pessoais recíprocos, sob pena de confissão, designando a data da instrução. Chegado o dia da audiência de instrução, as partes foram apregoadas e nenhuma delas estava presente, não havendo qualquer justificativa para as ausências.

Assinale a opção que indica o que deve ocorrer com esse processo.

- a) O juiz deverá designar nova audiência.

- b) O juiz deve aplicar a confissão somente em desfavor do autor.**
- c) O magistrado julgará de acordo com a distribuição do ônus da prova.**
- d) O processo será arquivado.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata do tema reclamação trabalhista, mais precisamente sobre a audiência de instrução.

De acordo com a Súmula 74, I, do TST, caso a parte não compareça, a ela é aplicada a confissão. Vejamos: “Súmula 74-TST: I - Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor.”

Portanto, a alternativa C está correta: se ambas as partes não compareceram e não houve justificativa para as ausências, o juiz julgará conforme a distribuição do ônus da prova.

A distribuição do ônus da prova está disposta no art. 818 da CLT: “Art. 818. O ônus da prova incumbe: I - ao reclamante, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao reclamado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante.”

Analisemos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta. Somente há designação de nova audiência caso haja motivo relevante para a ausência, conforme art. 844, § 1º, da CLT: “§ 1º Ocorrendo motivo relevante, poderá o juiz suspender o julgamento, designando nova audiência.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com a Súmula 74, I, do TST, acima transcrita, a confissão não será aplicada somente a uma das partes.

A alternativa D está incorreta. O processo somente seria arquivado se apenas o reclamante não comparecesse à audiência. De acordo com art. 844, caput, da CLT: “Art. 844 - O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.”

QUESTÃO 80. Você é advogado de um trabalhador em sede de reclamação trabalhista. Em que pese o direito de seu cliente ser constitucionalmente assegurado, pois se trata de férias não gozadas um ano após o período aquisitivo, que tampouco foram indenizadas, a sentença de primeiro grau considerou o pedido improcedente. Do mesmo modo o recurso pertinente contra essa decisão também teve o provimento negado. Diante disso, considerando a decisão contrária ao dispositivo constitucional, você interpôs o recurso cabível, que não foi admitido sob a alegação de que não preenchia os pressupostos para tanto.

Diante disso, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, a medida a ser adotada no interesse do seu cliente, sendo certo que as decisões não contêm nenhum vício de dúvida, omissão, obscuridade ou contradição.

- a) Recurso de Revista.**
- b) Agravo de Instrumento.**
- c) Recurso Extraordinário.**
- d) Agravo de Petição.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata do tema recursos em processo do trabalho.

Observe que, no caso narrado, o recurso cabível contra a decisão de primeiro grau é o recurso ordinário, o qual teve provimento negado. Contra tal negatória, foi interposto novo recurso, desta vez, cabível o recurso de revista, o qual não foi admitido sob a alegação de que não preenchia os pressupostos de admissibilidade.

O recurso cabível contra a denegação da interposição de recursos é o agravo de instrumento, conforme art. 897, alínea “b”, da CLT. Vejamos: “Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos.”

Portanto, a alternativa B está correta.

Analisemos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta. O recurso de revista é cabível contra decisões proferidas em grau de recurso ordinário, conforme art. 896 da CLT: “Art. 896 - Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando: (...)”

A alternativa C está incorreta. O recurso extraordinário é cabível nos casos dispostos no art. 102, III, da CF: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo desta Constituição; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição. d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.”

A alternativa D está incorreta. O agravo de petição é cabível em processo de execução trabalhista. De acordo com art. 897, alínea “a”, da CLT: “Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: a) de petição, das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções;”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJurídica](#) / [yasminushara](#)